



ELDA



**ÓRGÃO
DA ASSOCIAÇÃO
DOS DEFICIENTES
DAS FORÇAS ARMADAS**

Ano XII - Nº 156

DIRECTOR: J. EDUARDO L. CASCADA

Mensário — Junho — 1987 — 30\$00

27 de Junho em Lisboa

Médicos e deficientes debatem consequências do «stress» de guerra

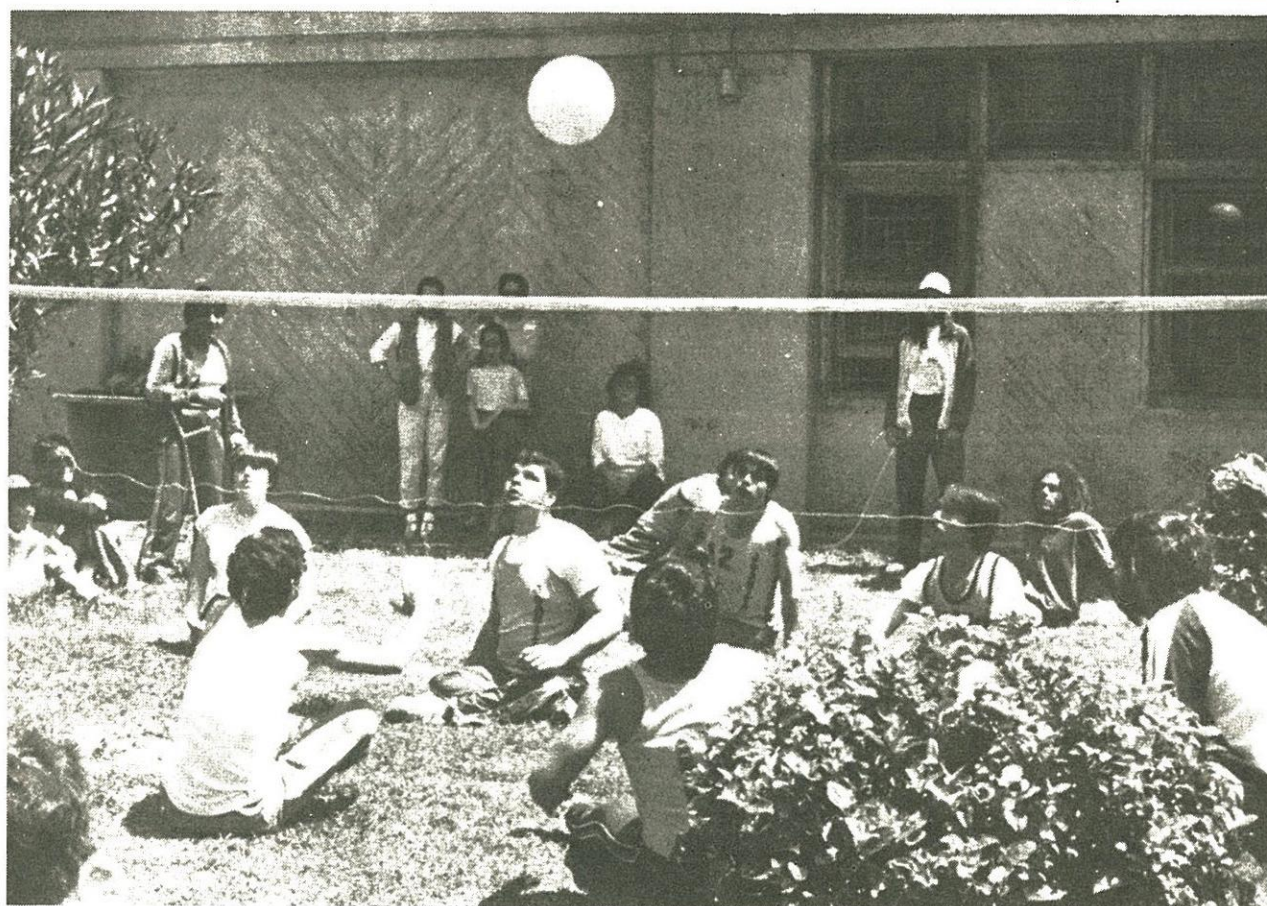
(Pág. 3)

**Jogos Florais
entrevistas
com premiados**

Pág. 3

**FMAC estuda
legislação sobre
antigos combatentes**

Pág. 4



**Voleibol: ADFA venceu Torneio da APD
Natação: 1.º lugar no Polidesportivo
Corrida da ADFA em Peniche**

(Pág. 12)

Eleições para todos os Órgãos Sociais em 4 de Julho



ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ELEITORAL Convocatória

Nos termos do art.º 28 dos Estatutos e das disposições do Regulamento Eleitoral, convocam-se todos os sócios para a Assembleia Geral Nacional Eleitoral, a realizar no dia 4 (quatro) de Julho de 1987 (sábado), das 9 (nove) horas às 19 (dezanove) horas, com vista à eleição dos órgãos sociais da ADFA para o biênio de 1987/1989.

A Assembleia Geral Nacional Eleitoral funcionará em Assembleias Gerais de Delegação simultâneas e ainda com mesas de voto nos Núcleos existentes.

ADFA, 25 de Abril de 1987

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL
José dos Santos Rodrigues Teixeira

**Listas de candidatos
e
Programas eleitorais**

Págs. 6, 7, 8 e 9



climérea

Clínica Médica de Reabilitação
Rua da Bempostinha, 64 A-64 B
Telefs.: 57 39 37 - 57 55 94
1100 LISBOA

TRATAMENTOS DIÁRIOS DAS 8 ÀS 20 HORAS
COM PRÉ-MARCAÇÃO
ORTOPEDIA • REUMATOLOGIA
CIRURGIA PLÁSTICA E RECONSTRUTIVA • FISIOTERAPIA

**CONSULTAS
DIÁRIAS**



— **Ministério das Finanças, Obras Públicas, Transportes e Comunicações.**

• **Portaria n.º 362/87, de 2 de Maio, publicada no «Diário da República», I Série, n.º 100, de 2 de Maio de 1987.**

— Regulamenta o novo sistema de crédito à aquisição de habitação. Revoga a Portaria n.º 562-A/86, de 30 de Setembro.

— **Ministério das Obras Públicas, Transporte e Comunicações.**

• **Portaria n.º 364/87, de 2 de Maio, publicada no «Diário da República», I Série, n.º 100, de 2 de Maio de 1987.**

— Fixa o quociente máximo a aplicar aos preços de venda de habitações de custos controlados para constituição de reserva de construção.

— **Ministério da Educação e Cultura.**

• **Decreto-Lei n.º 200/87, de 2 de Maio, publicado no «Diário da República», I Série, n.º 100, de 2 de Maio de 1987.**

— Estabelece as normas a que deverá obedecer o concurso para docentes não efectivos do ensino primário e da educação pré-escolar.

— **Ministérios das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.**

• **Portaria n.º 367/87, de 4 de Maio, publicada no «Diário da República», I**

Série, n.º 101, de 4 de Maio de 1987.

— Determina a concessão de licenciamentos intercalares à aquisição de terrenos para programas de habitação de custos controlados.

— **Ministério do Trabalho e Segurança Social.**

• **Despacho Normativo n.º 47/87, de 6 de Maio, publicado no «Diário da República», I Série, n.º 103, de 6 de Maio de 1987.**

— Esclarece dúvidas relativas à execução do Despacho Normativo n.º 109/86, de 12 de Dezembro.

— **Ministério das Finanças.**

• **Decreto-Lei n.º 202/87, de 16 de Maio, publicado no «Diário da República», I Série, n.º 112, de 16 de Maio de 1987.**

— Introduce alterações ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de Dezembro.

— **Ministério das Finanças.**

• **Decreto-Lei n.º 203/87, de 16 de Maio, publicado no «Diário da República», I Série, n.º 112, de 16 de Maio de 1987.**

— Revoga várias legislações que estabelecem as limitações ao quantitativo mensal recebido a título de pensões de reforma ou de invalidez ou qualquer outro título relativo à ces-

sação de prestação de trabalho.

— **Ministério do Trabalho e Segurança Social.**

• **Decreto-Lei n.º 206/87, de 16 de Maio, publicado no «Diário da República», I Série, n.º 112, de 16 de Maio de 1987.**

— Estabelece medidas de política de emprego a adoptar no âmbito de reestruturação sectoriais.

— **Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.**

• **Portaria n.º 427/87, de 22 de Maio, publicada no «Diário da República», I Série, n.º 117, de 22 de Maio de 1987.**

— Estabelece um calendário de aplicação em Portugal relativo à homologação de veículos e seus componentes.

— **Presidência do Conselho de Ministros.**

• **Decreto-Lei n.º 215/87, de 29 de Maio, publicado no «Diário da República», I Série, n.º 123, de 29 de Maio de 1987.**

— Adopta diversas medidas no campo de desgradação normativa e da documentação de competências.

— **Ministério das Finanças.**

• **Decreto-Lei n.º 216/87, de 29 de Maio, publicado no «Diário da República», I Série, n.º 123, de 29 de Maio de 1987.**

— Dá nova redacção ao artigo 35 do Código da Contribuição Industrial.

• Política Nacional de Reabilitação

Ao longo do mês de Junho prosseguiram no SNR os trabalhos com vista à apresentação ao Governo dos princípios e normas concretas para uma política nacional de reabilitação.

Todos os princípios gerais foram já aprovados e os 13 subgrupos constituídos para tratar os vários ângulos da questão apresentaram já os projectos de medidas para levar esses princípios à prática, faltando apenas aprovar esses projectos.

Lembramos que a ADFa tem tido uma participação activa em todos os subgrupos.

O Conselho Nacional de Reabilitação terá a sua última reunião antes das férias no dia 25 de Junho, posto o que só voltará a reunir em Outubro.

• Hospital Militar Principal

A Direcção Central foi recebida pelo director do Hospital Militar Principal tendo explanado problemas relacionados com os

sócios que se encontram no Anexo daquele estabelecimento, a utilização do Lar Militar da Cruz Vermelha Portuguesa, a necessidade de um parque de estacionamento para deficientes no HMP, entre outros.

Outro assunto em foco neste encontro foi o apoio do HMP ao Simpósio promovido pela ADFa sobre as consequências do stress de guerra.

• Escolas da Armada

A DC foi ainda recebida pelo Comando do Grupo n.º 1 de Escolas da Armada, entidade que nos está a dar valiosa colaboração em matérias relacionadas com Formação Profissional.

• Núcleo de Tomar

A Comissão Instaladora do Núcleo de Tomar vai tomar posse pelas 15 horas do dia 18 de Junho.

• Confraternização em Alcobaça

O Núcleo de Alcobaça levou a efeito uma jornada

de confraternização que além de um almoço e uma visita ao mosteiro incluiu um concerto pela Orquestra Ligeira do Exército, do particular agrado de todos os presentes.

Esta iniciativa teve o apoio da Câmara Municipal de Alcobaça de um grupo de comerciantes locais. A todos quantos viabilizaram esta realização, o agradecimento que se impõe.

• Rampa amovível

Encontra-se já instalada a rampa amovível que permitirá o acesso autónomo ao primeiro andar da Sede a deficientes em cadeira de rodas.

Este melhoramento, cuja instalação foi demorada pelo cuidado que houve em respeitar o edifício não introduzindo qualquer alteração na sua estrutura e fisionomia, foi possível mercê do apoio da Câmara Municipal de Lisboa através do seu departamento destinado aos deficientes, o NIPRED.

Ultimam-se neste momento os pormenores de acesso a esse rampa, que entrará em funcionamento a breve prazo.

Acto eleitoral de 4 de Julho

Locais das Mesas de Voto:

Na sede, em todas as Delegações e nos Núcleos seguintes:

- Alcobaça, na sala da Assembleia Municipal
- Cascais, na Associação dos Bombeiros Voluntários dos Estoris — Estoril
- Chaves, no Forte de São Francisco
- Guarda, na Av. de São Miguel, Bloco 6, 1.º Dt.º
- Peniche, na CERC de Peniche.



Estes são os novos veículos ao serviço da Tipografia-Escola e departamento da sede da ADFa, recentemente adquiridos mercê de um acordo com a Renault, tal como noticiámos já na última edição do ELO



Propriedade, Administração e Redacção:
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Palácio da Independência
L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex
Tel. 36 21 67/8/9

Corpo Redactorial:
Abel Fortuna, António Carreiro, Armindo Roque, Catarino Salgado, Cid dos Santos, Henrique Mendonça, Jerónimo de Sousa, José Maia, Paula Feveiro e Vitorino Martins



Jogos Florais

luta pelos interesses sociais e culturais dos vossos associados.»



MARIA LEONOR DE JESUS, residente em Beja, deficiente visual, autora do melhor trabalho, sobre o deficiente, não pôde deslocar-se a Lisboa para receber o prémio, como gostaria, mas também dela conseguimos colher algumas palavras: «Nunca esperei tal prémio,

«Um carinho extraordinário para com as pessoas que ficaram deficientes e uma grande admiração por aqueles que superaram a dureza da vida. Tenho tido muitos contactos com deficientes no trabalho e tenho dedicado sempre um pouco de mim mesma à sua causa.»

São ainda de Maria Alice estas palavras:

«Quero deixar uma mensagem muito particular aos deficientes: que nós os não deficientes temos para com eles e dever moral de ampa-



rar no que nos for possível. Damos-lhe aquilo que podemos — que é pouco mas importante. E através destas iniciativas temos oportunidade de lhes dar a conhecer o nosso apoio e ânimo para superar as horas más.»

Por não termos conseguido contactar os distinguidos com outras menções honrosas, não nos é possível trazer aqui o seu depoimento. Merecem no entanto uma referência. São eles:



MANUEL EDUARDO BOTELHO, arquitecto, residente em Lagos. Menção Honrosa em Poesia, com o trabalho «Paragem do Presente».

FAUSTO PEREIRA LEAL, professor, de Lisboa, Menção Honrosa em Poesia, com o trabalho «Solidariedade».



pois o meu interesse era participar, mesmo que não tivesse qualquer prémio. Durante o trabalho muitas vezes desanimei e só o ânimo que algumas pessoas amigas me davam me permitiu chegar ao fim.»

MARIA ALICE ANTUNES, funcionária da Câmara Municipal da Covilhã, foi distinguida com uma Menção Honrosa na modalidade trabalhos sobre o deficiente. Tem vários prémios e menções honrosas em Jogos Florais de Castelo Branco e Covilhã. Considera esta iniciativa formidável. É uma grande motivação. Devem prosseguir iniciativas deste género que levem à valorização dos deficientes.»

Sobre o que a levou a escrever sobre este tema, afirma:

escritório durante o dia escreve nas horas livres porque «escrever é o que mais gosto de fazer na vida, é esse o campo onde me sinto mais realizado».

Sá Flores tem «na gaveta» neste momento, quatro trabalhos, os dois distinguidos pelo júri desses nossos Jogos Florais e outros dois inéditos: «Escrevo há 15 anos. Editei cinco trabalhos, todos esgotados, mas não tenho possibilidade de enveredar pela profissionalização na escrita, como gostaria porque as editoras dão especialmente lugar aos consagrados e os nomes ainda pouco conhecidos têm grandes dificuldades em editar.»

Daí que Sá Flores considere os Jogos Florais da ADFA «uma iniciativa extraordinária e muito oportuna, porque é uma maneira de divulgar trabalhos e autores, coisa que deveria fazer-se em maior escala neste País».

«Gostei de ter ganho o prémio de Novela, não pelo seu valor mas pela escolha do trabalho. Sempre é um estímulo, embora satisfação completa seja ver estes meus livros editados. Esse é o desejo que mais gostaria de ver realizado pois sendo estes trabalhos editados certamente outros nasceriam...»

ALBANO MENDES DE MATOS, major do Exército, obteve também dois prémios nos nossos Jogos Florais: o primeiro prémio de Poesia com o trabalho «Na Raízes da Terra» e uma menção honrosa em Conto com «As Botas do Pedro». É dele esta mensagem: «Os deficientes têm pleno direito de ser considerados pessoas integráveis na sociedade, nunca marginalizados. (Vós ADFA) devem continuar a

Premiados falam de si

O júri constituído por Fernando Sylvan, da Sociedade de Língua Portuguesa, Tina Sequeira e Leonoreta Leitão, da Sociedade Portuguesa de Escritores, que apreciou os trabalhos concorrentes aos Jogos Florais da ADFA atribuiu três dos cinco prémios inicialmente previstos, tal como, resumidamente, anunciámos, já no nosso último número, publicado logo após o conhecimento dessa decisão.

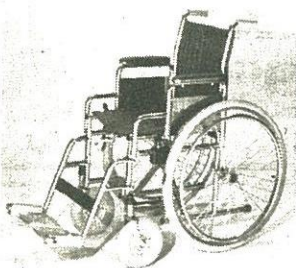
Lembramos que foram atribuídos os prémios nas modalidades de Conto (30 mil escudos), Poesia (30 mil escudos) e Melhor Trabalho sobre o Deficiente (20 mil escudos), não tendo sido atribuídos os prémios de Romance e Teatro, por os trabalhos concorrentes não reunirem qualidade suficiente para tal.

Os premiados, que hoje aqui vos apresentamos através de uma série de pequenos depoimentos, foram os seguintes:



SÁ FLORES, sócio da ADFA, que concorreu com dois trabalhos um de conto intitulado «Vivência no Capim», distinguido com o primeiro prémio dessa modalidade, outro intitulado «Pedacos de Mim» que obteve uma menção honrosa na modalidade de trabalhos sobre o deficiente.

Sá Flores, empregado de



UNIVERSAL

Já conhece os modelos 1987 das cadeiras de rodas de alto nível europeu? Contacte SIORTO, na Avenida Almirante Reis, 173-r/c. Esq. — Telef. 52 09 82 em Lisboa

CEDIBRAN

CENTRO DE MEDICINA FÍSICA E DE REABILITAÇÃO DE CASTELO BRANCO

Rua António Rodrigues Cardoso, 13
CASTELO BRANCO

Simpósio divulgado em conferência de imprensa

O Simpósio sobre os traumatismos psicológicos provocados pelo «stress» de guerra, que a ADFA vai realizar dentro de dias, em 27 e 28 de Junho, foi tema de uma conferência de imprensa ocorrida no Salão nobre da Sede no dia do fecho desta edição do «ELO».

O presidente e vice-presidente da Direcção Central e as dras. Maria de Lourdes Gonçalves e Júlia Vasconcelos, do SNR, expuseram as razões que levaram a esta iniciativa e a sua importância, e responderam em seguida às muitas perguntas dos jornalistas presentes.

António Carreiro, expondo as razões desta iniciativa da ADFA num domínio novo referiu «a perplexidade da própria classe médica perante as afecções que consituem tema em debate neste Simpósio, devido ao surgimento tardio dos sintomas», razão po que esta iniciativa se volta particularmente para a classe médica e para-médica, que «necessita igualmente de ser sensibilizada para a questão».

A dr.ª Lourdes Gonçalves, em nome do SNR, exprimiu «congratulação pela realização deste Simpósio, pois tem subjacente o fim com que o próprio SNR foi criado: a reabilitação da pessoa com deficiências, com vista à sua plena integração».

Respondendo a perguntas dos jornalistas, a dr.ª Júlia Vasconcelos explicou de um ponto de

vista científico, a noção de «stress» e as suas incidências psicológicas, fisiológicas e sociais.

O Simpósio, apoiado por múltiplas entidades oficiais e privadas entre as quais destacamos os Hospitais Júlio de Matos e Miguel Bombarda, os estabelecimento hospitalares o Banco Pinto e Sotto Mayor e a Escola de Enfermagem Calouste Gulbenkian, incluirá três mesas de trabalho, a saber:

1.ª Mesa, orientada pelo Professor Eduardo Luís Cortesão: «Consequências no foro psiquiátrico provocadas por várias doenças».

2.ª Mesa, orientada pelo Dr. António Lobo Antunes: «Afecções do foro psiquiátrico motivadas pela guerra».

3.ª Mesa, orientada pelo Dr. António Santiago Quintas: «Comunicações livres».



Os alunos, na sua maioria africanos, que frequentaram a Escola da ADFA durante o ano lectivo que ora finda, vão apresentar trabalhos escolares em cerâmica, pirogravura, tapeçaria, desenho e dossiers escolares, na Sede, de 26 de Junho a 6 de Julho.

Os trabalhos a expor revelam singular originalidade e um imaginário fértil e variado.

Esta exposição que já se tornou tradicional é-nos particularmente grata não só pela qualidade dos trabalhos como pelo facto de gratificar o esforço que a ADFA tem feito no sentido de integrar minimamente na sociedade portuguesa os seus associados portadores de culturas diversas, normalmente oriundos de meio rural e que se encontram no nosso País desprovidos de outros apoios além do da ADFA.

ILMILA

Sociedade Representações e Consignações, Lda

REVESTIMENTOS
TAPEÇARIAS E DECORAÇÕES

- ALCATIFAS
- COLAS
- PAPÉIS PINTADOS
- PAVIMENTOS VINÍLICOS
- CORTIÇAS, ETC.
- TECTOS FALSOS

15 por cento de desconto aos sócios da ADFA

LOJA 1 — R. Elias Garcia, 153-B — ☎ 4 947 985 — 2700-AMADORA

notícias da FMAC



Conferência Internacional na Áustria

FMAC estuda legislações nacionais sobre antigos combatentes e vítimas da guerra

A V Conferência Internacional sobre a legislação dos Antigos Combatentes e vítimas de guerra, que se realizará nos dias 21 a 24 de Abril de 1988 em Bad Ischl (Áustria) tem particular interesse para nós, já que se destina a fazer um estudo comparado sobre matéria legislativa existente em cada país, a respeito dos Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra.

A FMAC já convidou os governos dos países que têm associações-membro para se fazerem representar. Assim a Federação Mundial já enviou uma carta ao Presidente da República Portuguesa, pedindo a sua intervenção junto dos serviços competentes do nosso Governo para, até 30 de Novembro de 1987, enviarem a resposta a um questionário sobre «Problemas dos antigos combatentes idosos», e «Estatuto das mulheres na legislação dos antigos combatentes e vítimas de guerra».

Este questionário foca pontos como:

- a partir do que percentagem de invalidez a pessoa com deficiência é considerada grande deficiente;
- agravamento das doenças devido à idade;
- assistência médico-sanitária;
- facilidades concedidas aos grandes deficientes em matéria de hospedagem em casas de repouso e extensão da gratuidade desses serviços;
- gratuidade na prestação de serviços ao domicílio para os grandes deficientes;
- tratamento dado às mulheres que directa ou indirectamente trabalharam nas Forças Armadas;
- pensões das viúvas dos antigos combatentes e vítimas de guerra;
- situação dos órfãos filhos de antigos combatentes e vítimas de guerra.

Viaturas RENAULT

VIATURA	PREÇO BASE	P. V. P.
Renault 21GTD	1 514 677\$00	3 430 144\$00
» 21 TDX	1 772 980\$00	4 014 425\$00
» 21 GTS	1 304 395\$00	2 122 281\$00
» 21 RS	1 407 482\$00	2 289 695\$00
» 5 L-3-P	752 756\$00	1 008 121\$00
» 5 GL-3-P	808 374\$00	1 082 316\$00
» 5 GL-5-P	849 260\$00	1 136 857\$00
» 5 GTL-3-P	870 525\$00	1 195 519\$00
» 5 GTL-5 P	913 793\$00	1 254 743\$00
» 5 TS	913 793\$00	1 367 572\$00
» 9 GTC-SUP	1 009 374\$00	1 385 576\$00
» 9 GTS	1 115 377\$00	1 582 426\$00
» 9 GTE	1 259 452\$00	1 786 321\$00
» 11 GTS SUP	1 077 740\$00	1 479 155\$00
» 11GTS	1 186 102\$00	1 682 516\$00
» 11 TSE	1 331 767\$00	1 888 661\$00
» 9 GTD	1 306 969\$00	2 126 462\$00
» 11 GTD	1 401 943\$00	2 280 700\$00
» 5 GTD-5-P	1 152 348\$00	1 875 358\$00
» 5 TD-5-P	1 065 065\$00	1 723 610\$00

PREÇOS COM PINTURA NORMAL

As versões «DIESEL» dos «RENAULT» 5, 9 e 11 apresentam o motor de 1595 cc, 55 CV., beneficiado pelos últimos aperfeiçoamentos técnicos em matéria de insonorização e equipado com pré aquecimento de gasóleo. Todas as versões apresentam com opção de pintura normal ou metalizada e novos tecidos nas guarnições.

TODOS OS SÓCIOS INTERESSADOS NAS VIATURAS DA GAMA «RENAULT» PODEM PEDIR INFORMAÇÕES NA SEDE OU NAS NOSSAS DELEGAÇÕES

Peniche, 23 de Maio



Obrigado, amigos, pela receita!

Você, leitor da cidade, desgraçadamente poluído, alguma vez comeu uma sardinha assada, com operários, pescadores, pastores e outros, junto à lota às portas de um museu, ouvindo o mar a bater nas rochas e observando tudo o que nos rodeia? Não? Nesse caso, vou explicar-lhe.

Faz-se uma fogueira simpática: sobre ela deposita-se gentilmente a sar-

dinha, tendo o cuidado de lhe endereçar, enquanto ela assa, palavras de extrema simpatia e amor, como, por exemplo, sardinha querida, pérola do mar, tesouro de prata, etc. Terminado este ritual, pegar carinhosamente no peixe e colocá-lo sobre uma fatia de broa ou de centeio — dar preferência à broa. E tempero nenhum, nenhum atestado contra aquela gordu-

ra que vai caindo sobre a broa, enquanto ela, a sardinha, se recosta nela, em doce abandono. Depois será com os dedos que o leitor vai tirando bocadinhos que leva à boca — a presença de um garfo seria uma vergonha à escala mundial — fazendo pausas para de um barril toco absorver a pinga. Ora experimentalmente, que juro-lhe pelas alminhas, que não há soufflé, escalopes,

rosbife, que se compare ao festim que se passou no passado dia 23 de Maio, em Peniche.

Tantos sabores que trouxemos de lá, que chegámos quase a perder-nos no caminho de regresso à «civilização dos supermercados»!

Ficamos a aguardar, porque para o ano há mais.

A promessa ficou.

Luísa Maria

Apelo

Um cego de guerra luxemburguês, Léon Schuller, dirigiu-se à nossa Associação, com a finalidade de estabelecer contacto com cegos de guerra portugueses.

Assim, para todos quantos desejem corresponder ao apelo deste camarada que se deficienteu durante a II Guerra Mundial, aqui fica o seu endereço:

Léon Schuller, 69, Rue du Golf, Senningerberg, L 1638 — LUXEMBURGO

A carta através da qual nos chegou este pedido foi escrita em francês.



- Computadores
- Máquinas de escrever
- Calculadoras
- Fotocopiadores
- Retroprojectores
- Secretárias
- Cadeiras
- Ficeiros
- Estantes
- Caixas registadoras
- Balanças
- Móveis p/ supermercados
- Materiais de consumo
- Reparações

RUA JOSÉ BRANQUINHO, 85
TELEF. 24613 — 3500 VISEU
(Aos Bombeiros Voluntários)

APOIO MÉDICO

CLÍNICA GERAL
Médico: sócio
dr. Fernando Brito

Segundas e Quintas-feiras, às 13 horas, na Sede

PSIQUATRIA
Médico: dr. Proença

Terças-feiras, às 12 horas, na Sede

PSICOLOGIA CLÍNICA
Psicólogo: sócio
dr. Valente dos Santos

Na sede: dias 23 e 30 de Junho e 16 e 30 de Julho às 10 horas.

Atendimento domiciliário: nas terceiras quintas-feiras de cada mês

No consultório do dr. Valente dos Santos, em Tomar (Rua Ângela Tamagnini n.º 11, r/c-Esq.), nos restantes dias, especialmente para os sócios de Leiria, Tomar, Abrantes e Santarém.

**FISIATRIA
E TERAPIA FÍSICA**
Médico: dr. Joaquim Neto
Osteopata:
dr. Borges de Sousa

Segundas-feiras às 14.30 h.

Quartas-feiras, das 9.30 às 11 horas

CARVÃO (Churrasqueira)

Frente aos Bombeiros Voluntários
Telef. 2 55 33

VISEU



OCULISTA
de Sapadores Lda.

TÉCNICO DIPLOMADO (LNETI)

Descontos para sócios da ADFA:

Aros e lentes 20% Lentes de contacto e produtos 10%

Rua do Vale de Santo António, 255-B
(junto à Rua de Sapadores)

Telef. 82 60 80

1100 LISBOA

Novos cursos de formação profissional

Face ao êxito já alcançado pelos cursos de Formação Profissional que a ADFA está a levar a efeito com o apoio do Fundo Social Europeu e do Instituto do Emprego e Formação Profissional, novas e mais amplas iniciativas se preparam já neste domínio para o próximo ano.

Em 1988, irá ser mantida a preocupação de programar cursos que possam proporcionar aos seus frequentadores condições privilegiadas para encetar o mercado de trabalho e uma reciclagem útil para os que se encontram empregados.

Os interessados terão, no entanto, uma palavra a dizer sobre esta matéria.

Assim, a par da ficha com a listagem dos 15 cursos já programados cujo envio para a Sede (Departamento de Formação Profissional), preenchida pelos interessados, se solicita, serão bemvindas opiniões sobre estes cursos e todas as sugestões que os nossos sócios entendam fazer sobre outros possíveis cursos, matérias a incluir, locais de realização, e outras.

Enquanto continuam a decorrer os cursos de Relações Públicas e Contabilidade, terminou no Grupo N.º 1 de Escolas da

Armada o primeiro curso de Frio.

O curso de Arquivistas-documentalistas terminou também, e foram já entregues os diplomas a um total de nove formandos que obtiveram pleno aproveitamento.

Os cursos de micro-electrónica e Reparação de electrodomésticos (Linha Branca) a ministrar respectivamente em Lisboa e Castelo Branco continuam em organização. O seu arranque mais tardio, tal como já foi dito em anterior edição, deve-se à necessidade de aquisição de equipamentos especializados.

«Cooperativa — Uma Opção Jovem de Emprego»

O Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), o Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo (INSCOOP), a Caixa Geral de Depósitos (CGD) e o Fundo de Apoio aos Or-

ganismos Juvenis (FAOJ) em colaboração com a Federação Nacional de Produtores de Serviços (FECCOPSERV), promovem um concurso a nível nacional intitulado «Cooperativa — Uma Opção Jovem de Emprego».

O concurso está aberto de 2/3/87 a 31/10/87 e tem por finalidade incentivar a criação e desenvolvimento de projectos de cooperativas de produção cuja actividade se venha a enquadrar nos sectores secundário ou terciário.

Poderão concorrer grupos de jovens com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos à procura de emprego, com espírito dinâmico e empreendedor e uma ideia susceptível de ser transformada num projecto viável.

Critérios de selecção:

- Viabilidade económico-financeira
 - eficácia social (nomeadamente o volume de emprego e criar)
 - Impacto regional
- Prémios:
- IEFP — 5 prémios de 1000 contos cada para os melhores projectos
 - INSCOOP — 3 pré-

mios no valor de 300, 200 e 100 contos

— CGD — 3 prémios de 200 contos para cada um dos três melhores projectos

— FAOJ — 3 prémios no valor de 250, 150 e 100 contos.

Para mais informações, os interessados deverão dirigir-se ao Centro de Emprego do IEFP mais próximo da sua residência.

Artes Tradicionais Portuguesas

Outro programa do IEFP apoiado pelo Fundo Social Europeu, a lançar em Abril, visa contemplar jovens com menos de 25 anos e desempregados há mais de um ano que desejam criar o seu próprio emprego no domínio do artesanato.

Este programa de emprego alternativo designa-se ACAI-ATP (Apoio à Criação de Actividades Independentes — Artes tradicionais Portuguesas e sobre ele podem ser pedidas informações no Centro de Emprego da residência dos Interessados.

NOME _____

DATA DE NASCIMENTO _____

N.º DE SÓCIO _____

MORADA _____

TELEFONE _____

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS _____

GRAU DE DESVALORIZAÇÃO _____

TIPO DE DEFICIÊNCIA _____

EMPREGADO DESEMPREGADO

CURSO QUE PRETENDE _____

CURSO QUE PRETENDE NÃO INCLUÍDO NA LISTA _____

01	RELAÇÕES PÚBLICAS — ATENDIMENTO
02	ARQUIVISTAS — COCUMENTALISTAS
03	CONTABILIDADE GERAL
04	REPARAÇÃO DE ELECTRODOMÉSTICOS (Linha branca)
05	MICROELECTRÓNICA
06	MOTORES FORA DE BORDA
07	ELECTRICIDADE
08	REPARADORES DE TELEVISORES
09	TRABALHOS MANUAIS (Cerâmica, madeira, encadernação, etc.)
10	PRÓTESES E ORTÓTESES
11	RESTAURO DE ANTIGUIDADES
12	OPERADORES DE ESCRITÓRIO ELECTRÓNICO
13	ARTESÃOS EM MADEIRA
14	PROGRAMADORES DE BASIC
15	PROGRAMADORES DE COBOL

supercinco TD/GTD
1595 cm³
55 cv DIN
150 km/h
3,9 l / 100 km*

RENAULT 9 GTD
1595 cm³
55 cv DIN
146 km/h
4,4 l / 100 km*

RENAULT 11 GTD
1595 cm³
55 cv DIN
148 km/h
4,4 l / 100 km*

RENAULT 21 GTD e Turbo DX
2068 cm³ / 2068 cm³
67 cv DIN / 88 cv DIN
164 km/h / 177 km/h
4,6l/100 km / 5,0l/100 km*

RENAULT 21 Nevada Turbo D
2068 cm³
88 cv DIN
172 km/h
5,2 l/100 km*

RENAULT 25 Turbo DX
2068 cm³
85 cv DIN
172 km/h
5,0 l/100 km*

* A velocidade estabilizada de 90 km/h

RENAULT

as muitas maneiras de ser



Também em Diesel, Renault tem a mais vasta gama de automóveis ligeiros do mercado. Tantas possibilidades de escolher a viatura mais adequada. Em tudo idêntica aos modelos a gasolina. Excepto num pormenor. No motor diesel.

O prazer de conduzir automóveis potentes, confortáveis e seguros. Veículos tecnologicamente muito avançados, de consumo baixo e performances elevadas.

Para a Renault, estas são as muitas maneiras de ser diesel.

Porquê contentar-se com menos?

Crédito RENAULT - As melhores condições de compra.

RENAULT PORTUGUESA
Sociedade Industrial e Comercial, S.A.R.L.
SERVIÇOS DE VENDAS DIRECTAS E ESPECIAIS
Rua Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E
1900 LISBOA



No âmbito do acordo com a Renault Portuguesa, a A.D.F.A. trata de toda a documentação necessária para a compra de viaturas para pessoas com deficiências. Os sócios interessados em viaturas da gama «Renault» podem pedir informações na sede e nas nossas delegações ou entrar em contacto com o nosso delegado de vendas António Bernardes. Telefones: Sede 36 21 67; residência 243 19 51.

Eleições para os Órgãos

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL

Presidente: José Henrique Martins Bacalhau, sócio n.º 4891
 1.º Secretário: Carlos Manuel Moreira Batalha, sócio n.º 6079
 2.º Secretário: Ernesto Rocha Neto, sócio n.º 10204

DIRECÇÃO CENTRAL

Presidente: Henrique Arantes Lopes de Mendonça, sócio n.º 10081
 Vice-Presidente: Carlos Orlando Mendes Pauleta, sócio n.º 221
 1.º Secretário: Dionísio Cardoso Mesquita, sócio n.º 5624
 2.º Secretário: Crisóstomo Nunes Leitão, sócio n.º 2418
 Tesoureiro: José Albino Assunção Gabriel, sócio n.º 437

CONSELHO FISCAL CENTRAL

Presidente: Cipriano Pinto Simões, sócio n.º 83
 Secretário: Rui Alberto Gonçalves Pereira, sócio n.º 2133
 Relator: Francisco Assunção Marques, sócio n.º 163
 1.º Vogal: José Augusto da Costa Santos, sócio n.º 3361
 2.º Vogal: Edmundo Lourenço Pereira da Silva, sócio n.º 1800

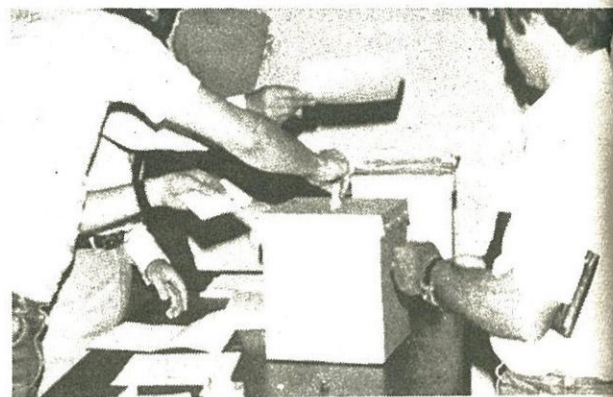
CONSELHO NACIONAL

EFFECTIVOS:

- Rogério Pompeu Tendinha da Silva, sócio n.º 1329
- Óscar Augusto Dias Moraes, sócio n.º 704
- Joaquim Manuel Paredes Grilo, sócio n.º 6815
- Mário Gomes Silveira, sócio n.º 91

SUPLENTE:

- José Joaquim de Barros Pereira da Silva, sócio n.º 6861
- Arnaldo Marques da Silva, sócio n.º 9351
- Carlos Ferreira Bento, sócio n.º 3914



No dia 4 de Julho vão realizar-se eleições para todos os órgãos sociais da ADFA.

Para os órgãos sociais centrais, a mesa da assembleia geral nacional recebeu duas listas de candidatos que, nos termos regulamentares, são designadas por Lista B e Lista C, visto que a direcção central

LISTA B

Programa

Unir esforços, fortalecer a ADFA

INTRODUÇÃO

— Como é do conhecimento da massa associativa em 1986 o acentuar de clivagem entre os diversos Órgãos Associativos e a incapacidade da Direcção Central para interpretar e dirigir a vida associativa foram os principais motivos que levaram à sua demissão, secundada pelos restantes Órgãos Sociais Centrais.

— Com a demissão dos Órgãos Sociais Centrais realizaram-se, em Junho de 1986, novas eleições — eleições intercalares. A elas concorreu uma lista única que agora termina o seu mandato. Essa lista, composta por um grupo heterogéneo de sócios, pois constatou-se que a melhor forma de continuar a A.D.F.A. e retirá-la do marasmo associativo de que ainda hoje se sentem os efeitos, seria trazer o universo dos sócios à participação numa única lista que, congregando esforços, e sem dissensões levasse a nossa Associação a revitalizar-se internamente e a dar-lhe uma projecção para o exterior de maior prestígio, numa perspectiva de parceiro dialogante com toda a organização do poder político e com todos os interlocutores sociais.

— Ao longo do último mandato conseguiu-se um trabalho de reconhecido mérito que nos propomos continuar e do qual destacamos alguns exemplos:

— Bom relacionamento com todas as Delegações;

— Implementação de cursos de Formação Profissional com o apoio do I.E.F.P.;

— Realização na Sede de cinco colóquios;

— Reestruturação do Jornal «ELO»;

— Criadas condições para a normalização da Vida Associativa em Évora;

— Formação de novos núcleos;

— A A.D.F.A. foi recebida pela primeira vez por S. Ex.º o Sr. Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada e por S. Ex.º o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea;

— Mantiveram-se contactos regulares com a Secretaria de Estado da Defesa Nacional e com o Secretariado Nacional de Reabilitação;

— Estreitaram-se os laços de amizade com todas as organizações e organismos de deficientes;

— Realização do Simpósio «TRAUMATISMOS PSICOLÓGICOS PROVOCADOS PELO STRESS DE GUERRA». Primeira iniciativa deste tipo promovido pela A.D.F.A.

— Quase no termo do seu mandato os Órgãos Sociais Centrais, com principal realce para os membros da M.A.G.N. e da D.C., tentaram, sem êxito, constituir uma lista que aglutinasse a tendência e as sensibilidades existentes na A.D.F.A.

A constituição dessa lista foi inviabilizada por aqueles que ao longo deste último mandato tudo fizeram para dificultar o trabalho de direcção da nossa A.D.F.A.

— Foi neste ambiente que surgiu a lista que agora vos propomos.

Quem somos?

— Um conjunto de sócios que através dos tempos tudo têm feito para que na nossa A.D.F.A. haja unidade na defesa dos nossos interesses.

— Alguns de nós fizemos

parte dos últimos Órgãos Sociais Centrais e fomos dos que mais empenhadamente trabalhamos na resolução dos múltiplos problemas apresentados.

— Estamos conscientes das grandes dificuldades que vamos continuar a ter apesar do trabalho já realizado e que de uma forma séria iremos procurar resolver ao longo deste mandato.

Obrigamo-nos

— A cumprir e fazer cumprir os objectivos consignados nos Estatutos da A.D.F.A., nomeadamente:

Art.º 4.º, n.º 1

«A A.D.F.A. tem por objectivo a defesa e a promoção dos interesses sociais, económicos, culturais, morais e profissionais dos seus sócios.»

PROPOMO-NOS

1 — Vida Interna

1.1 — Continuar a reestruturação e a dinamização de todos os serviços tendo em vista as necessidades actuais de apoio aos sócios.

1.2 — Fazer esforços no sentido da valorização profissional dos trabalhadores, tendo em atenção as necessidades da ADFA e uma melhor eficiência dos serviços.

1.3 — Implementar contactos frequentes com todos os órgãos directivos quer locais quer nacionais, por forma a criar uma boa articulação entre eles tendo em vista o cumprimento dos objectivos da nossa Associação.

1.4 — Desenvolver o levantamento da situação social, económica e profissional de todos os sócios, de modo a proporcionar dados concretos e actuais, a fim de se poderem

orientar futuras decisões no sentido de fazer face às necessidades reais dos associados.

1.5 — Continuar os esforços no sentido de ser editada uma colectânea de legislação para os deficientes militares.

1.6 — Promover dentro das possibilidades encontros de sócios com vista a pronunciarem-se sobre a matéria legislativa existente, denunciando as suas falhas, e propondo novos aspectos que a ADFA deva privilegiar na sua actuação futura.

1.7 — Continuar a incrementar a criação de novos núcleos, como forma de revitalização da vida associativa e apoiar os existentes.

1.8 — Estudar com os grandes deficientes as melhores formas de a ADFA lhes fornecer serviços, atendendo às suas necessidades específicas.

1.9 — Numa perspectiva de valorização sócio-profissional estudar a melhor maneira de desenvolver e aperfeiçoar os cursos de Formação Profissional e manter os actuais níveis de escolaridade.

1.10 — Intentar a criação de um Centro de Formação Profissional em Lisboa.

1.11 — Continuar a condução do processo de implementação do Centro de Reabilitação e Formação Profissional no Porto.

1.12 — Intentar a criação de um Centro Oficial de Meios Ortopédicos na Madeira e nos Açores.

1.13 — Reestruturar a Secção de Procura e Oferta de Emprego.

1.14 — Organizar e dinamizar as actividades recreativas, desportivas e culturais, criando estru-

ras, próprias e adequadas ao seu desenvolvimento.

1.15 — Sensibilizar os sócios em relação aos seus direitos e deveres estatutários, nomeadamente informando-se quer através do ELO quer por outros meios dos objectivos que vão sendo alcançados e dos que se pretendem atingir.

1.16 — Criar condições para realização de encontros com as mulheres dos sócios a fim de que estas se pronunciem sobre os seus problemas.

1.17 — Colaborar e apoiar a realização do próximo congresso de modo a que este se venha a efectivar nos princípios de Dezembro de 1987.

2 — Vida externa

2.1 — Defender os interesses da Associação perante os Órgãos de Soberania através do diálogo aberto, franco e construtivo.

2.2 — Defender os interesses da Associação, nas mesmas circunstâncias perante os três ramos das Forças Armadas.

2.3 — Promover a concretização das alterações legislativas em curso e diligenciar no sentido de ser criada legislação de modo a que:

— As CMRA voltem a ser contempladas na Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional.

— Os deficientes militares não abrangidos pelo DL 43./76 sejam contemplados de acordo com o que a ADFA vem defendendo há longos anos, nomeadamente no que se refere às acumulações de pensões.

— Seja alargado a todos os beneficiários da Pensão de Invalidez o direito à inscrição no MSE com vista aos seus herdeiros habéis poderem beneficiar da Pensão em igualdade de circunstâncias com os restantes reformados.

2.4 — Continuar a trabalhar no Conselho Nacional de Reabilitação por forma a que este órgão se torne cada vez mais prestigiado e actuando na defesa dos interesses das pessoas com deficiência.

2.5 — Continuar o processo de resolução da nossa Sede Social tendo em conta a deliberação do Conselho Nacional de 5FEV87.

2.6 — Fomentar e desenvolver a ADFA, utilizando os meios de comunicação social, colaborando com entidades públicas e privadas e desenvolvendo esforços próprios defendendo com firmeza a nossa independência.

2.7 — Promover o associativismo de e para pessoas com deficiência e suas famílias, dialogando com todas as organizações congéneres que nacionais quer estrangeiras.

2.8 — Apoiar e incentivar a Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes.

2.9 — Continuar a colaborar nas iniciativas da FMAC e neste âmbito.

— Promover em Portugal, em Fevereiro de 1987, uma «Jornada sobre legislação» a fim de preparar a nossa participação na Conferência Internacional sobre Legislação de Antigos Combatentes Vítimas de Guerra.

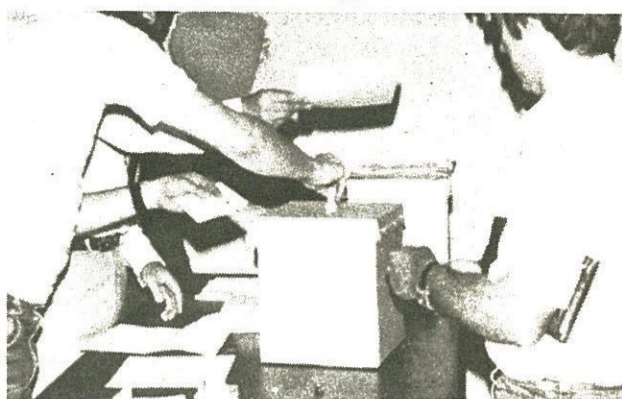
— Dar o nosso apoio para que os países de expressão oficial portuguesa venham a filiar-se nesta Federação.

— Criar condições para que a 20.ª Assembleia Geral da FMAC se realize em Portugal.

2.10 — Iniciar as diligências levem à filiação da ADFA na Reabilitation International.

2.11 — Apoiar iniciativas que visem o despertar das pessoas para o problema caudante de mundo actual que é a PAZ.

s Órgãos Sociais



No dia 4 de Julho vão realizar-se eleições para todos os órgãos sociais da ADFA.

Para os órgãos sociais centrais, a mesa da assembleia geral nacional recebeu duas listas de candidatos que, nos termos regulamentares, são designadas por Lista B e Lista C, visto que a direcção central

cessante não usou da prerrogativa que os Estatutos lhe conferem de propor uma lista, à qual caberia a designação de Lista A.

Como é de uso, o ELO divulga integralmente os programas das listas concorrentes rigorosamente com o mesmo destaque.

Seguem-se as listas de candidatos aos órgãos sociais das delegações. Resta-nos esperar de toda a massa associativa uma presença massiva às urnas, pois o exercício desse direito que é também um dever, deverá constituir mais uma afirmação de que os deficientes militares desejam escolher os seus destinos em lugar de deixar que outros tomem por si as opções que lhes dizem respeito.

Programa

Por uma ADFA forte

(PARA CONQUISTAR E DEFENDER TODOS OS DIREITOS)

Os sócios subscritores da lista, candidatam-se às eleições para os órgãos sociais centrais para o biénio de 1987/89, numa perspectiva de continuidade do projecto associativo que em 14 de Maio de 1974 assumimos, ao criar a ADFA, fruto do querer e da determinação de todos os Deficientes das Forças Armadas.

Inserida na sociedade portuguesa, a ADFA tem por esse facto sido confrontada com o evoluir da situação pós 25 de Abril, forjando o seu modo de estar, em duas componentes fundamentais, asentes, por um lado, na liberdade conquistada e, por outro, na vontade da massa associativa, que, numa participação autónoma, pode expressar e decidir os rumos que pretende para a sua Associação.

Somos uma Associação criada para a defesa dos direitos de todos aqueles que, no cumprimento do serviço militar se deficientaram, e, tendo como último objectivo a reabilitação e a reintegração social destes, e, por isso, não

POR UM ASSOCIATIVISMO PARTICIPADO E CRIATIVO. COM HONESTIDADE, COMPETÊNCIA E ISENÇÃO, POR UMA ADFA MOBILIZADORA E ACTUANTE.

Haverá, pois, que proceder a uma renovação de métodos e práticas, no sentido de promover a modernização exigida pela dinâmica associativa e pela necessidade de obter resultados que foram menos conseguidos nos mandatos anteriores. A composição da lista, com novas pessoas, novas ideias e uma maior qualificação técnica, dá essa garantia.

permitiremos a concretização de qualquer iniciativa que vise o desvio da ADFA para actuações e objectivos que se encontrem fora daquele âmbito.

Todos temos presente as tentativas que ao longo destes anos têm sido feitas para enquadrar a ADFA em esquema político-partidários, sem êxito, pois, perante tais manobras, os sócios têm sabido defender com empenhamento a isenção partidária da ADFA, e este constitui, sem dúvida o grande postulado que vincula a lista que agora se propõe ao sufrágio dos associados.

Sem tutelas e de mãos livres para negociar com o poder, vamos reforçar a reivindicação dos nossos direitos, numa base de diálogo construtivo, mas também de firmeza e intransigência, sempre que as situações o justifiquem, tanto para exigir os direitos ainda não conseguidos, como para garantir os que já conquistamos e, de que tanto uns como outros somos credores por parte da Nação.

No âmbito dos estatutos, promover-se-à o reforço da operacionalidade interna, ao mesmo tempo que se garantirá uma maior participação associativa, com a introdução, pela primeira vez, de formas de recepção e atendimento personalizado dos sócios, capazes de contrariar a rotina tipo repartição pública. Os Estatutos serão integralmente apli-

ras, próprias e adequadas ao seu desenvolvimento.

1.15 — Sensibilizar os sócios em relação aos seus direitos e deveres estatutários, nomeadamente informando-se quer através do ELO quer por outros meios dos objectivos que vão sendo alcançados e dos que se pretendem atingir.

1.16 — Criar condições para realização de encontros com as mulheres dos sócios a fim de que estas se pronunciem sobre os seus problemas.

1.17 — Colaborar e apoiar a realização do próximo congresso de modo a que este se venha a efectivar nos princípios de Dezembro de 1987.

2 — Vida externa

2.1 — Defender os interesses da Associação perante os Órgãos de Soberania através do diálogo aberto, franco e construtivo.

2.2 — Defender os interesses da Associação, nas mesmas circunstâncias perante os três ramos das Forças Armadas.

2.3 — Promover a concretização das alterações legislativas em curso e diligenciar no sentido de ser criada legislação de modo a que:

— As CMRA voltem a ser contempladas na Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional.

— Os deficientes militares não abrangidos pelo DL 43./76 sejam contemplados de acordo com o que a ADFA vem defendendo há longos anos, nomeadamente no que se refere às acumulações de pensões.

— Seja alargado a todos os beneficiários da Pensão de Invalidez o direito à inscrição no MSE com vista aos seus herdeiros habéis poderem beneficiar da Pensão em igualdade de circunstâncias com os restantes reformados.

2.4 — Continuar a trabalhar no Conselho Nacional de Reabilitação por forma a que este órgão se torne cada vez mais prestigiado e actuando na defesa dos interesses das pessoas com devicência.

2.5 — Continuar o processo de resolução da nossa Sede Social tendo em conta a deliberação do Conselho Nacional de SFEV87.

2.6 — Fomentar e desenvolver a ADFA, utilizando os meios de comunicação social, colaborando com entidades públicas e privadas e desenvolvendo esforços próprios, defendendo com firmeza a nossa independência.

2.7 — Promover o associativismo de e para pessoas com deficiência e suas famílias, dialogando com todas as organizações congéneres quer nacionais quer estrangeiras.

2.8 — Apoiar e incentivar a Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes.

2.9 — Continuar a colaborar nas iniciativas da FMAC e neste âmbito.

— Promover em Portugal, em Fevereiro de 1988 uma «Jornada sobre legislação» a fim de preparar a nossa participação na «5.ª Conferência Internacional sobre Legislação dos Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra».

— Dar o nosso apoio para que os países de expressão oficial portuguesa venham a filiar-se nesta Federação.

— Criar condições para que a 20.ª Assembleia Geral da FMAC se realize em Portugal.

2.10 — Iniciar as diligências levem à filiação da ADFA na Reabilitação Internacional.

2.11 — Apoiar iniciativas que visem o despertar das pessoas para o problema caudante de mundo actual que é a PAZ.

s Sociais em 4 de Julho

cessante não usou da prerrogativa que os Estatutos lhe conferem de propor uma lista, à qual caberia a designação de Lista A.

Como é de uso, o ELO divulga integralmente os programas das listas concorrentes rigorosamente com o mesmo destaque.

Seguem-se as listas de candidatos aos órgãos sociais das delegações. Resta-nos esperar de toda a massa associativa uma presença massiva às urnas, pois o exercício desse direito que é também um dever, deverá constituir mais uma afirmação de que os deficientes militares desejam escolher os seus destinos em lugar de deixar que outros tomem por si as opções que lhes dizem respeito.



Programa

Por uma ADFA forte e mais próxima dos seus objectivos

(PARA CONQUISTAR E DEFENDER TODOS OS DIREITOS DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS)

Os sócios subscritores da lista, candidatam-se às eleições para os órgãos sociais centrais para o biénio de 1987/89, numa perspectiva de continuidade do projecto associativo que em 14 de Maio de 1974 assumimos, ao criar a ADFA, fruto do querer e da determinação de todos os Deficientes das Forças Armadas.

Inserida na sociedade portuguesa, a ADFA tem por esse facto sido confrontada com o evoluir da situação pós 25 de Abril, forçando o seu modo de estar, em duas componentes fundamentais, asentes, por um lado, na liberdade conquistada e, por outro, na vontade da massa associativa, que, numa participação autónoma, pode expressar e decidir os rumos que pretende para a sua Associação.

Somos uma Associação criada para a defesa dos direitos de todos aqueles que, no cumprimento do serviço militar se deficientaram, e, tendo como último objectivo a reabilitação e a reintegração social destes, e, por isso, não

permitiremos a concretização de qualquer iniciativa que vise o desvio da ADFA para actuações e objectivos que se encontrem fora daquele âmbito.

Todos temos presente as tentativas que ao longo destes anos têm sido feitas para enquadrar a ADFA em esquema político-partidário, sem êxito, pois, perante tais manobras, os sócios têm sabido defender com empenhamento a isenção partidária da ADFA, e este constitui, sem dúvida o grande postulado que vincula a lista que agora se propõe ao sufrágio dos associados.

Sem tutelas e de mãos livres para negociar com o poder, vamos reforçar a reivindicação dos nossos direitos, numa base de diálogo construtivo, mas também de firmeza e intransigência, sempre que as situações o justifiquem, tanto para exigir os direitos ainda não conseguidos, como para garantir os que já conquistaram e, de que tanto uns como outros somos credores por parte da Nação.

POR UM ASSOCIATIVISMO PARTICIPADO E CRIATIVO. COM HONESTIDADE, COMPETÊNCIA E ISENÇÃO, POR UMA ADFA MOBILIZADORA E ACTUANTE.

Haverá, pois, que proceder a uma renovação de métodos e práticas, no sentido de promover a modernização exigida pela dinâmica associativa e pela necessidade de obter resultados que foram menos conseguidos nos mandatos anteriores. A composição da lista, com novas pessoas, novas ideias e uma maior qualificação técnica, dá essa garantia.

No âmbito dos estatutos, promover-se-à o reforço da operacionalidade interna, ao mesmo tempo que se garantirá uma maior participação associativa, com a introdução, pela primeira vez, de formas de recepção e atendimento personalizado dos sócios, capazes de contrariar a rotina tipo repartição pública. Os Estatutos serão integralmente apli-

cados no sentido de se conseguir um maior e mais eficaz desenvolvimento da Associação, com a plena participação dos sócios e um integral aproveitamento das suas capacidades criativas.

A articulação entre os vários órgãos, centrais e locais assentará num permanente diálogo, dentro das competências claramente definidas pelos Estatutos. Compatibilizar-se-ão os diversos graus de responsabilidade com o direito à plena e permanente participação dos sócios na orientação da Associação e, no desenvolvimento do espírito associativo que anima a ADFA desde a sua fundação.

Para isso, dignificar-se-à toda a prática associativa, desde o exercício dos direitos dos sócios no dia a dia, até ao funcionamento dos órgãos superiores, especialmente da Assembleia Geral Nacional, que deverá ser o espelho da Associação que somos.

A capacidade da ADFA para defender os interesses de todos os sócios resultará da sua organização interna e projecção no exterior.

Aí serão lançadas acções específicas, no sentido do reforço da imagem da ADFA, hoje com contornos indefinidos, consolidando o seu posicionamento, independente das forças políticas, num espaço próprio, o qual será reforçado com as diversas actividades de carácter internacional, no domínio da reabilitação e defesa da paz, no âmbito da FMAC.

Lutaremos pelos nossos direitos e pela criação de

condições que nos possibilitem uma integração plena na sociedade, e pretendemos dar o nosso contributo nas grandes questões nacionais que nos dizem respeito aos deficientes militares, empenhando-nos particularmente, com toda a força, para, definitivamente, se levar a um termo um processo que responda ao descontentamento que temos evidenciado nos últimos tempos, nomeadamente a tão desejada alteração do Dec. Lei n.º 43/76, através da qual grande número dos problemas existentes podem ser resolvidos.

A intervenção da ADFA verificar-se-à também com resultados positivos, no domínio da urgente reposição e aperfeiçoamento das estruturas de reabilitação (Comissão Militar de Reabilitação e Assistência — CMRA e Secretariado Nacional de Reabilitação — SNR) ou equivalentes.

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL — MAGN

A MAGN, no domínio das suas competências específicas, garantirá, em primeiro lugar, o funcionamento pleno do órgão máximo da ADFA que é a Assembleia Geral Nacional — AGN.

Serão adoptadas medidas muito concretas, no sentido de se conseguir a operacionalidade e capacidade de decisão deste órgão soberano, ao mesmo tempo que se garantirá o pleno exercício do direito de participação a todos os sócios, sem qualquer tipo de violentação das suas consciências, no

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL

Presidente: António Silva Reis Santos, sócio n.º 6784
1.º Secretário: José Luís Rodrigues Noronha, sócio n.º 1625
2.º Secretário: Bernardino Guimarães Correia, sócio n.º 6220

DIRECÇÃO CENTRAL

Presidente: José Eduardo Gaspar Arruda, sócio n.º 593
Vice-Presidente: Armando Manuel Oliveira Guedes da Fonte, sócio n.º 2943
1.º Secretário: Cândido Manuel Patuleia Mendes, sócio n.º 519
2.º Secretário: Armando Ramos Alves, sócio n.º 248
Tesoureiro: Orlando Álvaro Correia, sócio n.º 209

CONSELHO FISCAL CENTRAL

Presidente: Amilton Sá Pereira Pinto, sócio n.º 3210
Secretário: José Santos Couto Ramos, sócio n.º 234

Relator: Isac Abreu Rodrigues, sócio n.º 816
1.º Vogal: José Manuel Nabais, sócio n.º 940
2.º Vogal: Rui Augusto Jesus Rodrigues da Silva, sócio n.º 1816

CONSELHO NACIONAL

EFFECTIVOS:

- Orlando Hélder Serra Passos Silva, sócio n.º 11023
- António Manuel Garcia Miranda, sócio n.º 3097
- José António Golfa Namorado Malacriz, sócio n.º 9670
- António Gomes Alves Correia, sócio n.º 39

SUPLENTES:

- António Augusto Almeida Santos, sócio n.º 5157
- António Bernardes, sócio n.º 2060
- Carlos Gilberto Castanheira de Sousa Noivo, sócio n.º 931

acto de votação sobre assuntos fundamentais da Associação. Quaisquer atitudes ou acções que possam contrariar estes princípios não serão permitidas.

Esta orientação será substanciada em regulamento próprio, que, através do CN, será proposto à própria Assembleia para aprovação.

O Conselho Nacional — CN, de fundamental importância no funcionamento da Associação, será orientado de molde a que se verifique um total aproveitamento das suas potencialidades. O CN será o local peviligiado para a participação dos representantes directos dos sócios de todas as delegações, nas decisões fundamentais da Associação e que dizem respeito ao todo associativo. Aí será garantida a expressão plena dos seus membros, criando-se através da eficiência do funcionamento do Conselho a prática da orientação superior da Associação como reflexo das dinâmicas regionais e do poder criativo das delegações.

O CN privilegia a elaboração de uma proposta de regulamento geral da Associação que apresentará à AGN para aprovação, ficando assim definidos, para além das normas estatutárias, princípios de actuação cuja ausência até aqui tem sido responsável por problemas associativos bastante graves.

Ainda como norma das primeiras tarefas, o CN elaborará o Estatuto próprio de funcionamento das delegações das Regiões Autónomas, confor-

me previsto nos Estatutos, e bem assim o Estatuto dos Núcleos.

DIRECÇÃO CENTRAL

A — ACTIVIDADES INTERNAS

Sendo desejável e necessário que a vida associativa seja completamente participada, para que cada sócio tome contacto directo com todos os problemas e neles intervenha, é indispensável que a ligação seja feita o mais solidamente possível.

Assim, ir-se-à incrementar o associativismo, fomentar o intercâmbio a todos os níveis, dinamizar e modernizar os serviços e beneficiar as instalações da sede para que todos se sintam bem na sua «casa».

1 — Dando-se cumprimento ao disposto nos Estatutos e, tendo em vista uma maior e melhor rentabilidade dos serviços propõe-se:

a) proceder a um seminário com os trabalhadores a nível nacional para uniformização de métodos de trabalho;

b) melhorar o apoio técnico-jurídico às delegações;

c) promover a implementação de um sistema informático que:

1 — dê tratamento informático aos dados dos sócios;

2 — homogeneizar as contabilidades de todas as delegações;

3 — permita desenvolver a gestão de pessoal em termos de melhor eficácia.

1 — Sendo fundamental, para o fomento de todo associativo, uma boa articulação entre os O.S.C. e locais, iremos:

(Continua na pág. 8)

Programas Eleitorais

(Continuação da pág. 7)

a) difundir e fazer circular todas as informações de carácter associativo;

b) efectuar reuniões periódicas com os órgãos sociais de delegação;

c) na tomada de decisões fundamentais para a vida associativa, procuraremos a participação de todos os O.S.C. e locais;

d) privilegiar o diálogo com as delegações empenhadas em projectos nacionais que se enquadrem no âmbito estatutário e tenham sido objecto de deliberação do 2.º Congresso Nacional.

3 — Reactivar a Biblioteca da sede em Lisboa permitindo a consulta local e domiciliária das obras existentes, nas quais se integrarão publicações em Braille e sonoras procurando-se criar condições para dotar os sócios invisíveis com meios de produção áudio.

3.1 — Todos os esforços a desenvolver serão feitos se não houver a participação efectiva dos associados a todos os níveis e sobre todos os temas, pelo que se propõe:

a) dinamizar a criação de Núcleos, a nível nacional e apoiar eficazmente os já existentes;

b) revitalizar a vida associativa regional promovendo programas culturais, recreativos e desportivos;

c) dinamizar o desporto junto dos associados, promovendo-se e apoiando-se a formação de equipas a nível regional;

d) efectuar reuniões mensais dos sócios (descentralizadas);

e) melhorar as instalações da sede em Lisboa:

1 — tornando o bar mais acolhedor, dotando-o de melhores condições;

2 — criando uma sala de convívio onde os sócios e seus familiares possam confraternizar e encontrar espaço de diálogo permanente.

4 — Sendo o jornal «Elo» um elemento de coesão e informação da massa associativa e, pretendendo-se melhorar ainda mais a qualidade e dimensão já alcançadas, proceder-se-á à sua reestruturação, melhorando-se a sua apresentação gráfica e criando-se um corpo redactorial profissional e, incentivando-se a nomeação de correspondentes nas áreas das delegações e núcleos.

5 — Estudando formas de criação de uma estrutura de apoio e acolhimento aos sócios de fora de Lisboa.

6 — A questão da sede da ADFA constitui um tema que desde a primeira hora vem mobilizando os associados. Esta questão, foi, aliás, já assumida em AGN, assim:

a) defenderemos, assumir um papel mais activo e interveniente para a criação de condições que levem à obtenção duma nova sede;

b) Sendo uma matéria associativa de tão grande importância, assume-se a apresentação, em tempo oportuno, do assunto em AGN.

B — ACTIVIDADES EXTERNAS

Para que o poder instituído desenvolva uma política social adequada,

Promoverá também as acções tendentes a vir a assumir o «Elo» a posição de agente editorial, nomeadamente promovendo a publicação de livros e revistas sobre a deficiência e a edição do «Elo» e Livros sonoros para o que se estudarão as formas de impulsionar a criação dos estruturas operativas tidas por necessárias.

5 — Constituindo a reabilitação e reintegração socioprofissional o objectivo prioritário da ADFA e tendo como base os serviços existentes e a experiência acumulada, será dado todo o apoio à criação do CRFP do Porto no âmbito do protocolo celebrado com o IIEFP.

6 — Os deficientes das Forças Armadas estão inseridos numa sociedade em contínua evolução e, como tal, com o rodar dos anos vão sendo confrontados com muitos problemas. Nesta óptica, a realidade dos deficientes militares, hoje, é forçosamente diferente da existente anos atrás, urgindo aferir as respostas mais adequadas às necessidades actuais e futuras. Como tal, vincular-nos-emos à realização do III Congresso da ADFA, mobilizando para ele todos os percursos humanos e materiais disponíveis, a fim de que a participação dos sócios seja assegurada, o que constituirá com certeza, mais um ponto alto da nossa vida associativa.

7 — Reestruturar os serviços clínicos criando novos espaços e especialidades médicas e paramédicas.

8 — Estudar formas de criação de uma estrutura de apoio e acolhimento aos sócios de fora de Lisboa.

9 — A questão da sede da ADFA constitui um tema que desde a primeira hora vem mobilizando os associados. Esta questão, foi, aliás, já assumida em AGN, assim:

a) defenderemos, assumir um papel mais activo e interveniente para a criação de condições que levem à obtenção duma nova sede;

b) Sendo uma matéria associativa de tão grande importância, assume-se a apresentação, em tempo oportuno, do assunto em AGN.

B — ACTIVIDADES EXTERNAS

Para que o poder instituído desenvolva uma política social adequada,

para que os direitos adquiridos sejam defendidos, para que a integração social seja uma realidade, para que o associativismo dos deficientes das Forças Armadas seja uma força, propõe-se orientar o esforço associativo na consolidação das posições defendidas pelos órgãos sociais antecedentes a reivindicar cada vez mais e melhores direitos e regalias até que a sociedade se torne mais justa e fraterna.

1 — NÍVEL LEGISLATIVO

a) exigir a revisão do Dec.-Lei n.º 43/76, tendo como base o projecto oportunamente proposto pela ADFA;

b) exigir a reposição da CMRA no MDN;

c) continuar a diligenciar no sentido da aprovação da lei dos grandes deficientes e do projecto sobre doenças agravadas em serviço;

d) tentar a aprovação da iniciativa do MDN sobre a equiparação dos DFA's com 60 por cento ou mais de incapacidade aos deficientes em campanha;

e) diligenciar no sentido de que os projectos parcelares propostos em tempo oportuno pelo SNR sejam aprovados para que seja permitida a acumulação do 13.º mês, a extensão dos direitos dos DFA em campanha aos deficientes em serviço e a efectivação do projecto dos deficientes mentais;

f) exigir a imediata revisão do Dec.-Lei n.º 203/87, sobre a acumulação da pensão de invalidez ou de reforma extraordinária com a remuneração da actividade desempenhada, tornando-se extensivo aos deficientes em serviço.

2 — REABILITAÇÃO E REINTEGRAÇÃO SOCIAL

a) exigir participar como elemento de pleno direito nos órgãos de planificação e coordenação de reabilitação, bem como em grupos de trabalho e comissões especializadas;

b) exigir que a nível dos centros do poder se avance de imediato para a definição de uma política nacional de reabilitação;

c) exigir que o SNR reúna condições mínimas necessárias à persecução de medidas concretas que defendam os deficientes;

d) exigir o desbloquea-

mento e promulgação de projectos-lei já elaborados, nomeadamente sobre o acesso de deficientes ao trabalho, transportes, quota de emprego, etc.;

e) exigir a aplicação do Dec.-Lei n.º 43/82, sobre a eliminação de barreiras arquitectónicas.

3 — Para que o público em geral possa acompanhar a ADFA, manter-se-á a opinião pública sistematicamente informada sobre as reivindicações efectuadas e as posições assumidas recorrendo, para o efeito, à utilização dos órgãos de comunicação social, nomeadamente através da produção de um programa radiofónico, artigos em jornais nacionais e regionais e principalmente pela exigência na participação activa no programa televisivo «Novos Horizontes».

4 — Na sequência das posições que a ADFA tem defendido para a formação, organização e manutenção da Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes, comprometemo-nos a desenvolver todos os esforços, em conjunto com as associações de e para deficientes, para que a FPDD seja uma realidade a curto prazo, possibilitando-se assim, que, também nesta área, os deficientes possam ter uma participação activa.

5 — Considerando-se que as FA's não podem alhear-se nem enjeitar responsabilidades respeitantes aos DFA's, pretende-se estreitar a ligação aos três ramos das FA's através da criação de um gabinete de ligação, no qual participarão sócios de cada ramo das FA's. A este gabinete será cometida a acção de informação e sensibilizar junto das chefias e de militares no activo.

6 — Assumir associativa e externamente a situação dos deficientes africanos promovendo e incentivando os órgãos competentes a desenvolverem as soluções mais justas e adequadas.

7 — Tendo em vista a grande experiência acumulada pela FMAC e o reconhecimento a nível internacional da ADFA como membro de pleno direito daquela organização internacional, iremos:

a) dinamizar o nosso papel de membro e único representante de Portugal, retirando desta participação os dividendos necessários para uma actuação mais persistente da ADFA, na defesa dos nossos direitos, à luz da legislação e estatuto de que gozam os deficientes das Forças Armadas de outros países, nomeadamente europeus;

b) interessar e fazer participar os sócios nas

grandes questões da paz e desarmamento, de molde a que num futuro próximo possamos conscientemente desempenhar um papel activo e importante nesta matéria, a nível nacional e internacional;

c) retomar esforços já desenvolvidos no âmbito da ADFA/FMAC e junto do Governo português no sentido de prosseguir os contactos com os antigos combatentes dos países de língua oficial portuguesa, com o objectivo de estreitar formas de cooperação em áreas de interesse mútuo.

CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal Central pautará a sua orientação no sentido de cumprir os Estatutos, normas regulamentares e deliberações dos órgãos competentes. Assim o CFC:

1 — Procurará em estreita colaboração com os CFD, obter os elementos necessários sobre cada uma das delegações.

2 — Na área da gestão financeira terá uma conduta actuante, dentro das funções que lhe estão atribuídas.

3 — No âmbito da cooperação com os órgãos sociais irá velar pelo cumprimento dos deveres inerentes às suas funções e do programa eleitoral apresentado aos sócios.

CONSELHO NACIONAL

Os sócios candidatos ao preenchimento dos lugares a integrar CN, além de subscreverem como é óbvio, todo o programa de acção da lista de que fazem parte, não querem, no entanto, deixar de referir, no domínio específico da sua actividade, os seguintes aspectos:

a) entendem que a concretização dos objectivos da associação e sua dignificação e implementação junto dos diversos sectores da Administração Pública, das entidades privadas e do público no geral, pressupõe a participação efectiva e constante de todos os sócios, os quais não poderão, por isso mesmo, limitar-se à eleição dos corpos sociais, delegando nestes as suas responsabilidades;

b) entendem igualmente que o CN, pela sua composição, natureza e competência estatutária, não poderá deixar de ser entendido como órgão interméd-

dio entre a AGN e os restantes órgãos sociais cabendo-lhe, por conseguinte, uma grande responsabilidade;

c) pelo que cumprirá o CN, como função primeira, assegurar a unidade e coesão da ADFA;

Assim propõe-se:

1 — Dignificar as funções estatutariamente atribuídas ao CN, tornando-o um órgão activo e actuante na procura de soluções de consenso para as questões associativas, objecto de apreciação no âmbito das suas competências.

2 — Promover a via do diálogo como forma privilegiada de solucionar todas as questões associativas.

3 — Exercer com isenção e sentido de responsabilidade as competências que estatutariamente lhe estão atribuídas.

4 — Apoiar todas as propostas que em seu entender tenham por objectivo a afirmação da ADFA como instituição responsável e autónoma.

5 — Defender uma criteriosa política de investimentos para os seus recursos, visando a autonomia económica em relação aos órgãos de Poder.

6 — Dinamizar nos termos estatutários a elaboração de um projecto de regulamento geral para a ADFA que defina, com clareza, a articulação entre os vários órgãos nacionais e regionais, de forma a evitar situações ou conflitos.

7 — Apresentar um regulamento de funcionamento que garanta o respeito por todas as correntes de opinião aí expressas e confira, operacionalidade e eficácia, às suas deliberações.

CONCLUSÃO

Tivemos consciência de que o que nos propomos fazer é possível e fugimos deliberadamente dos «slogans» que, por artes mágicas, tudo resolvem, mas que apenas servem para enganar quem quer ser enganado.

O nosso programa é simples e assenta fundamentalmente na participação associativa.

O êxito ou o fracasso das nossas intenções passa, obrigatoriamente, pelos sócios apoiantes da nossa candidatura, na razão directa do seu empenhamento.

VOTANDO NA LISTA C ASSUMIMOS A ADFA E GARANTIMOS O FUTURO

Convívio em Guimarães

No dia 20 de Junho p.º f.º vai realizar-se mais uma vez a reunião anual, para confraternização de todos os Ex-Combatentes do Ultramar e seus familiares. A partir das 10 h será feita a concentração na sede social ao Largo Martins Sarmiento, 51 em Guimarães. Às 11 h sessão solene na sede, ao meio dia Missa por alma dos Combatentes falecidos. No fim da sessão haverá uma romagem até junto da estátua de D. Afonso Henriques, para lhe ser prestada homenagem como patrono da Associação.

Reuniões da Lista C

Dia Hora	20/6 (Sábado)	24/6 (4.ª-feira)	27/6 (Sábado)	1/7 (4.ª-feira)
15	Delegação de Castelo Branco		Delegações de: Porto, Coimbra, Évora, Faro, Vila Nova de Famalicão	
19		Sede em Lisboa		Sede em Lisboa

Listas candidatas aos Órgãos Sociais das Delegações

Açores

MESA DA ASSEMBELIA GERAL DE DELEGAÇÃO

Presidente: Eduardo Jorge Vicente Cabral, sócio n.º 3735
1.º Secretário: José Cabral Viveiros, sócio n.º 5987
2.º Secretário: Tobias de Melo Medeiros, sócio n.º 5822

DIRECÇÃO DE DELEGAÇÃO

Presidente: Jaime Fernando Leite Domingues, sócio n.º 5919
Secretário: Manuel Pereira de Medeiros, sócio n.º 8038
Tesoureiro: Manuel da Silva Almeida, sócio n.º 5813

CONSELHO FISCAL DE DELEGAÇÃO

Presidente: António Manuel Gaspar de Carvalho, sócio n.º 436
Vogal: José Jacinto Cabral, sócio n.º 5317
Relator: Hermano Aguiar Teves, sócio n.º 6657

CONSELHO NACIONAL

EFFECTIVO:
 • Severiano Luís Pacheco de Almeida, sócio n.º 5316

SUPLENTES:
 • João Luís do Couto Costa, sócio n.º 5599
 • Moisés Pereira da Luz, sócio n.º 5520
 • António Branco Lopes Gonçalves, sócio n.º 2634

Bragança

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

Presidente: António Eugénio Fernandes, sócio n.º 8287
1.º Secretário: Luís Manuel Mendes, sócio n.º 2780
2.º Secretário: José Augusto Pereira Gomes, sócio n.º 2779

DIRECÇÃO DE DELEGAÇÃO

Presidente: Olimpio Sebastião Ferreira, sócio n.º 2783
Secretário: Domingos António Seca, sócio n.º 2778
Tesoureiro: José Manuel Rodrigues Cristóvão, sócio n.º 2789

CONSELHO FISCAL DE DELEGAÇÃO

Presidente: Francisco António Fernandes, sócio n.º 5455
Relator: Jorge Augusto Alves Rodrigues, sócio n.º 6476
Vogal: Gil do Espírito Santo Martins, sócio n.º 2777

CONSELHO NACIONAL

EFFECTIVO:
 • Aníbal dos Santos Fernandes, sócio n.º 2769

SUPLENTES:
 1.º — Manuel Joaquim Morais, sócio n.º 1870
 2.º — Patrocínio dos Santos Vitorino, sócio n.º 5444
 3.º — Manuel Jorge Afonso, sócio n.º 2775

Castelo Branco

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

Presidente: Mário Henrique dos Santos Matos, sócio n.º 4683
1.º Secretário: Francisco Ramos Esteves, sócio n.º 7286
2.º Secretário: Manuel Amaro, sócio n.º 3903

DIRECÇÃO DE DELEGAÇÃO

Presidente: José Eduardo Garrido Nunes, sócio n.º 1806
Secretário: Vicente Campos Gameiro, sócio n.º 1972
Tesoureiro: José Manuel Martins Ribeiro, sócio n.º 1270

CONSELHO FISCAL DE DELEGAÇÃO

Presidente: José Maria Rolão, sócio n.º 3559
Relator: João Reis Gil, sócio n.º 8121
Vogal: Joaquim Mendes Almeida, sócio n.º 5231

CONSELHO NACIONAL

EFFECTIVO:
 • João Morgado Carmona, sócio n.º 10068

SUPLENTES:
 1.º — José Alves Baptista Oliveira, sócio n.º 7378
 2.º — Firmino das Neves Simão, sócio n.º 9252
 3.º — João José Mangana dos Santos, sócio n.º 2019

Coimbra

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

Presidente: José Adelino Figueira Guerra, sócio n.º 4753
1.º Secretário: José Maria Damas dos Santos Pinto, sócio n.º 6618
2.º Secretário: Aires Dias de Oliveira Abrantes, sócio n.º 2370

DIRECÇÃO DE DELEGAÇÃO

Presidente: Manuel Ernesto Rodrigues Paiva, sócio n.º 2586
Secretário: José Martins Maia, sócio n.º 244
Tesoureiro: Vítor Manuel Silva Oliveira, sócio n.º 218

CONSELHO FISCAL DE DELEGAÇÃO

Presidente: Mário António Ferreira dos Santos, sócio n.º 1107
Relator: Arménio Bernardes Pereira, sócio n.º 10040
Vogal: José Santos Dias Temido, sócio n.º 233

CONSELHO NACIONAL

EFFECTIVO:
 • Artur José Coimbra do Amaral, sócio n.º 6205

SUPLENTES:
 1.º — João Matias de Vasconcelos, sócio n.º 590
 2.º — António Cândido Alves, sócio n.º 7965
 3.º — António Fernando Abrunhosa Amorim, sócio n.º 2702

Évora

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

Presidente: Inácio Augusto Carmelo Grazina, sócio n.º 652
1.º Secretário: Manuel Maria, sócio n.º 1994

2.º Secretário: Joaquim José Costa Agulha, sócio n.º 3457

DIRECÇÃO DE DELEGAÇÃO

Presidente: Manuel Teixeira Gil, sócio n.º 9651
Secretário: João Carlos Figueiredo Nobre, sócio n.º 2262
Tesoureiro: José Fernando Estriga, sócio n.º 1360

CONSELHO FISCAL DE DELEGAÇÃO

Presidente: Manuel Jacinto Bonifácio Pechincha, sócio n.º 6626
Relator: Augusto José Marchante Oliveira, sócio n.º 1203
Vogal: Vítor Manuel Moxo Richau, sócio n.º 8221

CONSELHO NACIONAL

EFFECTIVOS:
 • Manuel Joaquim Calhau Branco, sócio n.º 1591

SUPLENTES:
 1.º — Florentino Joaquim Polido Valadas, sócio n.º 2426
 2.º — José Cândia da Silva, sócio n.º 3273
 3.º — Agrupino José Ludovico Cascalho, sócio n.º 1586

Faro

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

Presidente: José António Pereira dos Santos Morte, sócio n.º 8574
1.º Secretário: José Xavier Coelho Prata, sócio n.º 1984
2.º Secretário: Artur Martins Cabrita, sócio n.º 4195

DIRECÇÃO DA DELEGAÇÃO

Presidente: José Nicolau Rufino, sócio n.º 384
Secretário: João Ângelo Fernandes, sócio n.º 7859
Tesoureiro: José Manuel das Neves Perpétua, sócio n.º 2387

CONSELHO FISCAL DE DELEGAÇÃO

Presidente: João Cabrita Correia, sócio n.º 8860
Relator: Vítor Manuel da Costa, sócio n.º 10018
Vogal: António Luís Cabrita Rodrigues, sócio n.º 8458

CONSELHO NACIONAL

EFFECTIVOS:
 • Hélder Manuel Henriques, sócio n.º 6913

SUPLENTES:
 1.º — Marcelino José da Silva Dias, sócio n.º 200
 2.º — Luís Manuel Rosado da Silva, sócio n.º 60
 3.º — Manuel Afonso, sócio n.º 9570

Madeira

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

Presidente: José João Macedo, sócio n.º 7743
1.º Secretário: Rui Manuel Catanho da Silva, sócio n.º 6455
2.º Secretário: Arnaldo Rosa de Freitas, sócio n.º 10845

DIRECÇÃO DE DELEGAÇÃO

Presidente: Ivo Augusto Geraldo de Faria Paulino, sócio n.º 6
Secretário: Armando Augusto Vieira Costa, sócio n.º 8984
Tesoureiro: Manuel Brás da Costa, sócio n.º 4252

CONSELHO FISCAL DE DELEGAÇÃO

Presidente: João José Nobre Pereira, sócio n.º 9619
Relator: Rui Afonso Vieira Relvas, sócio n.º 11118
Vogal: José António Vieira Santa Clara Gomes, sócio n.º 10479

CONSELHO NACIONAL

EFFECTIVOS:
 • Manuel Ferreira, sócio n.º 5993

SUPLENTES:
 1.º — João de Sousa, sócio n.º 5645
 2.º — José Aníbal Cardoso Correia, sócio n.º 8918
 3.º — José Estêvão de Abreu, sócio n.º 9074

Porto

LISTA A

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

Presidente: Henrique Tomás Magalhães Rodrigues, sócio n.º 1624
1.º Secretário: Francisco Pereira Marques, sócio n.º 5960
2.º Secretário: Manuel Assunção Andrés Magano, sócio n.º 1619

DIRECÇÃO DA DELEGAÇÃO

Presidente: Abel Artur dos Santos Fortuna, sócio n.º 580
Tesoureiro: Martinho da Rocha Nunes, sócio n.º 3412
Secretário: Joaquim Sequeira Ferreira, sócio n.º 3420
1.º Vogal: Albino Fernando Oliveira Duarte, sócio n.º 1383
2.º Vogal: Augusto Oliveira Santos, sócio n.º 2440

CONSELHO FISCAL DE DELEGAÇÃO

Presidente: Reinaldo Ramos Soares Ferreira, sócio n.º 2852
Relator: José Manuel Dourado Reis Martins, sócio n.º 2161
Vogal: Joaquim Rogério Araújo Nascimento, sócio n.º 1061

CONSELHO NACIONAL

EFFECTIVOS:
 • Joaquim Francisco Couceiro Ferreira, sócio n.º 1
 • Jorge Eduardo Nave Pina, sócio n.º 5134
 • Alberto Manuel Brum Costa, sócio n.º 9

SUPLENTES:
 • Nelson Mário de Oliveira Ferreira, sócio n.º 2036
 • Fernando António Gouveia de Amorim, sócio n.º 1518
 • Américo Veira Figueiredo, sócio n.º 4299

LISTA B

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

Presidente: José Henriques Ribeiro, sócio n.º 3516
1.º Secretário: Carlos Alberto Loureiro da Silva, sócio n.º 626
2.º Secretário: Gil Garcia, sócio n.º 7509

DIRECÇÃO DE DELEGAÇÃO

Presidente: Alcino Alfredo Vieira Machado, sócio n.º 1974
Secretário: Adão Manuel da Costa, sócio n.º 2109
Tesoureiro: Mário Armindo da Silva Ferreira, sócio n.º 6138
1.º Vogal: Júlio Armando da Liberdade Simões, sócio n.º 3405
2.º Vogal: Albino Maia Pereira Lopes, sócio n.º 6041

CONSELHO FISCAL DE DELEGAÇÃO

Presidente: Abel Alberto Matos ribeiro, sócio n.º 1657
Relator: José Pires Caldeira, sócio n.º 3403
Vogal: Armando Silvino Freitas Pinheiro, sócio n.º 747

CONSELHO NACIONAL

EFFECTIVOS:
 • Fernando da Conceição Costa, sócio n.º 5835
 • João Manuel Vasconcelos Pereira, sócio n.º 5470
 • Joaquim Cardoso, sócio n.º 1425

SUPLENTES:
 • António Matos de Almeida, sócio n.º 848
 • António Casimiro do Couto, sócio n.º 2166
 • António dos Santos Ferreira, sócio n.º 5201

Setúbal

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

Presidente: José da Silva Pinto Faria, sócio n.º 3371
1.º Secretário: Joaquim José Duarte Janeiro, sócio n.º 2292
2.º Secretário: António Francisco Viana, sócio n.º 1911

DIRECÇÃO DE DELEGAÇÃO

Presidente: José Maria Rosa, sócio n.º 52
Secretário: Abílio Marques Loureiro, sócio n.º 4899
Tesoureiro: António Lucas dos Santos, sócio n.º 4470

CONSELHO FISCAL DE DELEGAÇÃO

Presidente: Estevão José Mira Carvalho, sócio n.º 9266
Relator: Luis Albino de Andrade, sócio n.º 9883
Vogal: Armando Domingos Martins Ferreira, sócio n.º 9265

CONSELHO NACIONAL

EFFECTIVOS:
 • Zeferino Abreu Ribeiro, sócio n.º 9374

SUPLENTES:
 1.º — Alfredo Escumalha Monteiro, sócio n.º 9535
 2.º — Renato Fernando Marques Sameiro, sócio n.º 9100
 3.º — Fernando dos Santos Caneco, sócio n.º 5860

V. N. Famalicão

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

Presidente: Manuel da Rocha Ferreira, sócio n.º 3144
1.º Secretário: Francisco Vieira da Silva, sócio n.º 9772
2.º Secretário: Venâncio Joaquim Quaresma da Silva, sócio n.º 179

DIRECÇÃO DE DELEGAÇÃO

Presidente: Anquises Fernando Crocchia Barbosa de Carvalho, sócio n.º 3505
Secretário: Augusto Correia da Silva, sócio n.º 82
Tesoureiro: Fernando Gomes de Carvalho, sócio n.º 9100

CONSELHO FISCAL DE DELEGAÇÃO

Presidente: Francisco Arménio Faria Lira Fernandes, sócio n.º 2818
Relator: Fernando da Rocha Barbosa, sócio n.º 758
Vogal: Joaquim Miranda Rodrigues, sócio n.º 4607

CONSELHO NACIONAL

EFFECTIVOS:
 • Henrique José Pereira Rodrigues, sócio n.º 6459

SUPLENTES:
 1.º — António Sousa Gouveia, sócio n.º 183
 2.º — José Azevedo Claro, sócio n.º 1197
 3.º — Adriano Martins da Costa, sócio n.º 3069

Viseu

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

Presidente: Dr. Luis Fernando Gonçalves Riquito, sócio n.º 3359
1.º Secretário: António Pais Ferreira, sócio n.º 586
2.º Secretário: António Rodrigues Cardoso, sócio n.º 1180

DIRECÇÃO DE DELEGAÇÃO

Presidente: Jorge Teixeira Carneiro, sócio n.º 631
Secretário: Gualter Jorge Lopes Mirandez, sócio n.º 8353
Tesoureiro: José Manuel Almeida do Carmo, sócio n.º 2876

CONSELHO FISCAL DE DELEGAÇÃO

Presidente: António de Almeida, sócio 2717
Relator: João Manuel Santos Gonçalves, sócio n.º 684
Vogal: Amílcar dos Santos Castro Ferreira, sócio n.º 1342

CONSELHO NACIONAL

EFFECTIVOS:
 • Bernardino António Azevedo, sócio n.º 3

SUPLENTES:
 1.º — Helder Marques Freira, sócio n.º 7032
 2.º — Manuel Carlos Lopes Costa, sócio n.º 8543
 3.º — Narciso Batista Pinheiro, sócio n.º 908

COIMBRA

«O sócio mais idoso»

O jornal dos Deficientes das Forças Armadas exprimir-se-á por norma e por imperativo, na linguagem simples, mesmo rude, mas clara, que os deficientes, na sua quase totalidade soldados, sabem utilizar e entendem.

Estas são as primeiras linhas do n.º 0 do jornal Elo com data de 23 de Novembro de 1974.

Foi assim que o Elo se começou a dirigir aos leitores. Um jornal idealizado pelos Deficientes militares, através do qual têm mantido um elo de ligação com a população. Ao princípio, ainda feito quase de improviso, o nosso jornal tinha os defeitos próprios de um trabalho ainda não muito bem organizado. Hoje porém, o jornal Elo tem grandes responsabilidades. E com os meios técnicos e humanos à sua disposição, os seus responsáveis não podem nem devem esquecer nem desdenhar os mínimos pormenores, sob pena de se desvirtuar o sentido da sua enorme tarefa.

Vem isto a propósito de um trabalho inserido no Elo de Abril, página dez.

Sem deixarmos de nos sentir felizes por ver inserido num número do Elo um poema feito por um camarada de 91 anos, o que demonstra a grande vitalidade da nossa Associação, não podemos de maneira nenhuma deixar passar em claro o facto de os responsáveis do jornal não se terem dado ao trabalho de se certificarem sobre se o associado em questão, é ou não o sócio mais idoso da A.D.F.A. Garantimos que não. Em Coimbra existe por exemplo, o associado n.º 7863 José de Oliveira, nascido a 25-8-1894. Tem neste

momento portanto, a idade de 92 anos.

Será este assunto uma coisa sem importância? O Elo não pode ser formado por assuntos menos ou mais importantes. Todos têm a sua importância. Só assim o nosso jornal terá a dignidade que merece. Falhas destas não podem existir, e a A.D.F.A. «sede» até tem um computador. Demos pois o dono a seu dono.

José Maia

Nota da Redacção

Registamos, com agrado, a notícia da existência de outro sócio da A.D.F.A. a caminho dos cem anos de idade, o mais avançado ainda nessa caminhada do que aquele que conseguimos descobrir e erradamento considerámos «o sócio mais idoso da A.D.F.A.», fazendo fé em declarações do próprio.

Tratando-se certamente de uma falha, como nos aponta o sócio Maia razão por que aqui estamos a proceder à sua rectificação, dando a mão à palmatória.

Quanto à gravidade dessa falha, permitimo-nos discordar do José Maia pois se é certo que a sede da A.D.F.A. dispõe de um computador, é igualmente certo que este se não encontra à disposição do ELO para confirmar idades dos sócios, pois outras tarefas certamente mais importantes lhe estão cometidas.

Por considerarmos que esta não será, como José Maia afirma, ou sugere, uma falha indesculpável, aqui fica o nosso pedido de desculpas.

Concurso de pesca

O V Concurso Nacional de Pesca Desportiva de Rio realizado pela De-

legação de Coimbra na Barragem da Aguieira, prova amplamente participada por pescadores de várias colectividades, teve as seguintes classificações (até ao 5.º lugar em cada sector:

Sector A

1.º Valdemar Abreu (U.P.C Chelo), 3360 pontos; 2.º, Mário Rocha (Jódique-C.N.P.D.), 2460; 3.º, Cristiano Almeida



(C.F. União de Coimbra), 2200; 4.º, Rui Virgolino Santos (A.D.C. Bairro dos Anjos), 2040; 5.º, Joaquim Flório (Clube D.C. Penacova), 1940.

Sector B

1.º, Diamantino Almeida (C.F. União de Coimbra), 2280 pontos; 2.º, Alfredo Penetra (C.D.C Penacova), 2240; 3.º, José Monteiro (C.P.H.U. Coimbra), 2020; 4.º, António Dias Lopes (C.C.P Leiria), 1540; 5.º, Fernando Feliciano (G.D. Lis-pesca), 1520.

Sector C

1.º, Vítor Cruz (U.P.C Chelo), 2140 pontos; 2.º Carlos Ramos (C.D. Vila Nova de Anços), 1980; 3.º, Abel Borges (C.D.C. Penacova), 1900; 4.º, Brites Lopes (Ateneu Leiria), 1800; 5.º, António Oliveira (C.F. União de Coimbra), 1740.

Sector D

1.º, José Carlos (C.R. Calhabé), 3180 pontos;

Juniores

1.º, Luís Almeida (CP.D. Poiães), 2140 pontos; 2.º, Luís Miguel (CPD Coimbra), 1300; 3.º, Paulo Gaivotto (Ateneu Leiria), 1180; 4.º, Filipe Lopes (C.R. Calhabé), 1000; 5.º, Silva Bastos (C.F. União de Coimbra), 840.

Juvenis

1.º, João Lar (C.R. Calhabé), 740 pontos; 2.º, Susana Ministro (C.R. Calhabé), 140.

A delegação de Coimbra deseja agradecer a todas as entidades que colaboraram na realização desta prova, sem cujo apoio esta não teria sido possível:

Alves Bandeira & C.ª Lda. — Ceia; Américo Bernadino — Coimbra; Banco Pinto & Sotto Mayor — Coimbra; Café

Lago Azul — Coselhas — Coimbra; Café Solar das Andorinhas — Coselhas — Coimbra; Caixa Geral de Depósitos — Coimbra; Cesol — Cerâmica de Souselas, Lda. — Souselas — Coimbra; Comprimar — Lousã; Crédito Predial Português — Coimbra; Farmácia Abel Brandão — Montemor-O-Velho; Imobiliária Briosa — Coimbra; Junta de Freguesia de St.ª Cruz — Coimbra; Martins & Henriques, Lda — Penacova; Fábrica de Malhas Redinizes — Coimbra; Martersol — Mealhada; Montepior Geral — Coimbra; Rádio Clube Carapinheirense — Carapinheira do Campo; Restaurante o Bacalhau — Fornos — Coimbra; Sindicato dos Cerâmicos do Centro — Coimbra; Sociedade Central de Cervejas — Coimbra; Velocípédica de Sangalhos — Coimbra.

SANTARÉM

Visita de Serge Wourgaft

O Secretário-Geral da FMAC vai estar presente em Santarém no próximo dia 28 de Junho, e terá oportunidade de realizar uma visita ao concelho organizada pela Câmara Municipal de Santarém com o apoio do Nucleo local da ADF.A.

Aproveitamos para lembrar que a ADF.A se encontra representada com um pavilhão na Feira da Agricultura, por inicia-

tiva do Nucleo de Santarém.

Concurso de Pesca

O Nucleo de Santarém promove no próximo dia 28 de Junho, na Barragem da Agolada, um concurso de pesca desportiva.

As inscrições para esta prova podem ser feitas para:

Nucleo de Santarém da ADF.A

Major Silvério Presídio Militar de Santarém ou através do Tel. 043 22261.

Sócios falecidos



JOÃO DE ANDRADE, sócio n.º 5763, natural e residente no sítio da Levada, freguesia de Boaventura, na Madeira, faleceu no dia 7 de Abril último, em virtude de doença prolongada.

CADEIRA «VESSA»

Cadeira de rodas eléctrica «Vessa», com alguns melhoramentos, encontra-se à venda.

Os interessados deverão contactar a ADF.A (dr. Cascada ou Paula Faveiro)

Este sócio, era pensionista de preço de sangue, por seu filho, João Fortunato de Andrade, morto em Angola, em combate.

ALBINO DE OLIVEIRA TAVARES, sócio n.º 10888, natural de Coja, distrito de Coimbra e residente em Lisboa, faleceu no passado dia 12 de Maio em consequência de uma cirrose hepática.



Este sócio foi acometido de doença pulmonar durante a prestação do serviço militar, o que o tornou incapaz, para todo o serviço.

Contava 54 anos e deixava viúva e um filho.



MÁRIO CORREIA DE MELO, sócio n.º 5542, natural do conceiço da Horta, nos Açores e residente no Funchal, faleceu no passado dia 30 de Abril.

Este sócio era Deficiente das Forças Armadas, com um grau de desvalorização de 60 por cento, por tuberculose pulmonar adquirida durante a sua comissão de serviço na Guiné, o que lhe originou a extração do pulmão direito.

Aos familiares e amigos destes nossos associados, apresentamos sentidas condolências.



ORTOPEDIA DOS ANJOS

INDÚSTRIA DE PRÓTESES E ORTÓTESES, LDA.

NOVAS INSTALAÇÕES

TUDO PARA ORTOPEDIA
BRAÇOS ELECTRÓNICOS

Técnicos:

Vítor Manuel, Fernando Silva e António Esteves

R. de Arroios, 59, C-D — Telef.: 52 92 31 - 53 14 88
1100 LISBOA

BRAGANÇA

Eleições

— A Delegação de Bragança, informa os seus associados que no dia das Eleições parte de secretaria se encontra aberta não só para receber quotas, mas também para receber os cartões da

ADME, e proceder à sua actualização.

— Bragantino vai votar. A ADFA precisa da tua força, elege aqueles que no teu entender melhor poderão defender, no momento, os interesses da ADFA, os teus interesses.

PENICHE

Tem o núcleo de Peniche, desta associação através dos seus esforços mostrado uma nítida preocupação em levar o desporto ao deficiente, como aproveitar a nossa região para proporcionar aos atletas e acompanhantes uma visita à vila, para poderem olhar a beleza das nossas praias, Berlengas, Cabo, Museu, etc.

A associação organizou assim uma prova desportiva de grande valor, ao qual aderiram um grande número de concorrentes, ao longo de 3,5 km de percurso, no qual todos chegaram ao fim triunfantemente. O grande apoio da população incitando os concorrentes a terminarem o percurso demonstrando assim que o deficiente terá sempre um lugar na nossa sociedade não podendo nunca ser marginalizado como até aqui.

Agradecemos aos Bombeiros Voluntários de Peniche a sua colaboração, colocando ao nosso inteiro dispor os homens e as viaturas necessárias. Agradecemos também à Câmara Municipal de Peniche, que com grande mérito, desde

1974 tem demonstrado interesse e na medida do possível auxiliando esta associação, através dos seus deficientes do concelho e zonas limitrofes.

Um agradecimento especial para: C.E.R.C.I. Peniche; Grupo de Escuteiros de Peniche; Unicoopesca, e a todas as forças militarizadas, assim como a todas as pessoas e firmas deste concelho que directa ou indirectamente, colaboraram.

No final da prova realizou-se a tradicional sardinhada, seguida de uma visita ao museu, mais tarde realizou-se um colóquio de deficientes e no final foram feitas as entregas dos prémios pelo sr. secretário do Turismo, presidente da Câmara Municipal de Peniche, presidente da ADFA, e vice-presidente desta mesma associação do núcleo de Peniche, professor do Alcoitão e outras associações de deficientes.

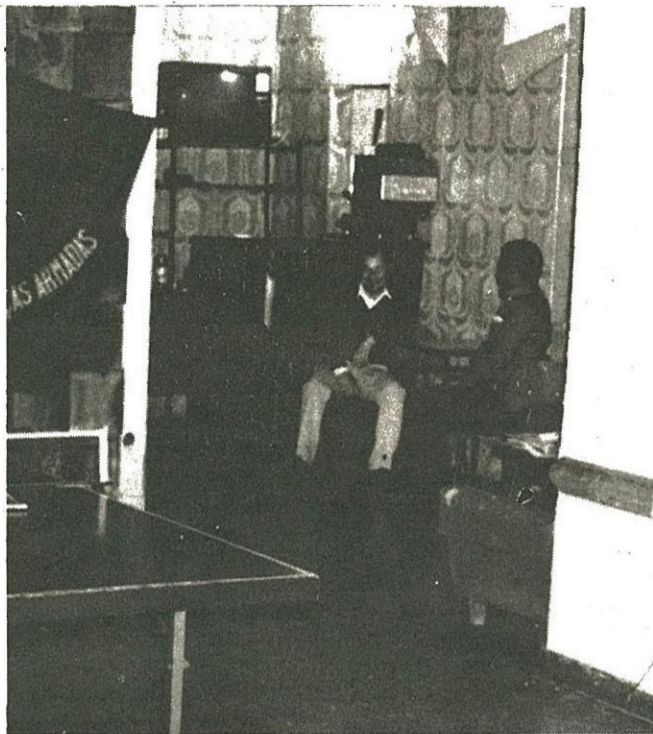
No dia 10 de Junho, dia de Camões e das Comunidades, realizou-se nesta vila, o concurso de pesca, fazendo de mais esta prova desportiva uma reunião de amigos.



SETÚBAL

Quiosque

Em resposta a uma solicitação desta delegação, resolveu a Câmara Municipal de Setúbal, conceder-nos o direito de utilização de um espaço na via pública, mais propriamente na Avenida Bento



de Jesus Caraça, para a instalação de um quiosque.

Grupo desportivo

Foi pedida à Câmara Municipal de Setúbal a cedência de um pavilhão pré-fabricado, recentemente desactivado e que se encontra instalado nas proximidades do Clube de Ténis.

Aquele pré-fabricado servir-nos-ia para a instalação do Grupo Dinamizador da Prática Desportiva.

Aguardamos, por enquanto, a resposta à nossa pretensão.

Lembramos que se encontram abertas inscrições na secretaria da delegação para os torneios de ténis de mesa, damas, poquer de dados, sueca e pesca.

Igualmente se aceitam inscrições para a formação de equipas de futebol de salão.

Exposição

O Grupo de Dinamização Cultural, solicita a todos os associados, a cedência de artigos de arte africana, galhardetes ou guiões, fotografias, diapositivos ou filmes, bem como livros e revistas.

Pretende-se angariar material para futura exposição e enriquecimento da biblioteca.

Recado à União de Bancos portugueses

Devia ser vergonhoso para uma entidade como

a União de Bancos, ter conhecimento de que mercê de uma sua promessa intencional, uns «pobres coitados» da delegação de Setúbal, se lançaram numa aventura, cujas consequências só não foram drásticas, porque os órgãos centrais da ADFA de então, respon-

deram real e prontamente a uma sua solicitação.

É longa e sobejamente conhecida a «história» das antigas instalações da «Arca Doce», das diligências efetuadas junto da gerência da agência da UBP de Setúbal, das inúmeras deslocações ao conselho de gerência daquela instituição bancária e das promessas do senhor dr. Castilho Soares.

Com base numa expontânea oferta da atribuição de um subsídio de 450 000\$00, lançamo-nos na aquisição de instalações próprias. A entrega do cheque foi sucessivamente adiada dia após semana, semana após ano acabando por cair no esquecimento daqueles senhores.

Nós é que não nos esquecemos, até porque com a aproximação da data da escritura uma de duas decisões teria que ser tomada: desistir da compra e perder o sinal da promessa de compra 1 000 000\$00 (um milhão de escudos) ou arranjar a quantia que nos faltava (450 contos).

O subsídio tem servido para adoçar a boca a outros incautos que se lançaram nalguma aventura.

A promessa ficou e com ela a experiência que nos advém de um relacionamento a alto nível...

Será que a idoneidade anda sempre tão por baixo?

Pensamos que não, pois doutra forma seríamos moralmente obrigados a alertar os sócios da ADFA que mantêm relações com aquele banco...

Deus vos guarde meus senhores.

Não se esqueçam de nós. Ri melhor quem ri por último.

Felicidades e muitas «propriedades»...

Agradecimento

A direcção da delegação de Setúbal da ADFA,

vem publicamente agradecer aos herdeiros do sr. dr. Paul, na pessoa do sr. eng. João Silvino Sousa Bastos, a atribuição de um subsídio de Esc.: 450 000\$00.

Setúbal, 28 de Maio de 1987.

Pel'A direcção

O Presidente
(José Maria Rosa)

UISEU

Núcleo da Guarda

Como já foi noticiado no último jornal, no dia 17 de Maio, inaugurou-se a Sede do Núcleo da Guarda.

Actualmente o Núcleo está aberto das 10 horas às 12e das 14 às 16 horas, diariamente, excepto aos sábados.

A pessoa que faz o atendimento foi já lá colocada através do F.A.O.J., portanto sem despesas para a A.D.F.A.. No dia quatro de Julho, funcionará na Sede do Núcleo uma Mesa de Voto.

A Sede do Núcleo da Guarda está localizada na Rua de S. Miguel, Bloco-6 1.º Andar Direito (junto à Clínica Médica de S. Miguel) Guarda GARE — 6300 Guarda.

Feira de S. Mateus

Durante o mês de Setembro, a Delegação de Viseu da A.D.F.A., vai ter um espaço na Feira de S. Mateus.

Todos os Associados que tenham trabalhos de artesanato feitos pelos próprios, e que os pretendam expor e vender, devem contactar esta Delegação.

Vamos aproveitar este espaço para dinamizar a nossa Associação, aproveitando ao mesmo tempo, para angariar o maior número possível de assinantes para o nosso jornal.

Campismo

Todos os associados interessados em comprar

artigos para campismo: — tendas, atrelados, e demais material, podem fazê-lo através da delegação de Viseu da A.D.F.A., a preços de fábrica.

Rádio Noar

Os últimos programas realizados incidiram sobre os seguintes temas:

Simpósio sobre o Stress de Guerra, Formação Profissional, Renovação dos Cartões A.D.M.E., Acumulação de Pensões e Vencimentos, e Eleições.

Tem esta Delegação o cuidado de trazer os associados devidamente informados.

Mais uma vez se apela aos associados para sintetizarem todas as segundas-feiras das 21 às 22 horas na Rádio Noar FM — 101/MHZ.

Posto clínico

Como se pode verificar pelo novo horário de atendimento no Posto Clínico da A.D.F.A. Delegação de Viseu, desde o mês de junho funciona todos os dias.

Quando, em Outubro, começou a Assistência Médica nesta Delegação era só aos sábados. Actualmente, devido à grande afluência de associados, foi necessária esta alteração.

No mês de Maio, foram assistidos em Clínica Geral 42 associados, em Gastroenterologia 9, em Ortopedia 11. Chama-se a atenção de todos os associados, para fazerem as marcações antecipadamente.

ASSISTÊNCIA MÉDICA Consultas gratuitas aos Associados e seus familiares directos

SEGUNDAS:		
Clínica Geral / Dr. Jorge Silva		15 h. 30 m.
Clínica Geral / Dr. António Jorge Barroso		17 horas
TERÇAS:		
Gastroenterologia / (exa.)Dr. Júlio Barbosa		14 horas
Ortopedia / Dr. Idálio Braguês da Costa		15 horas
Clínica Geral / Dr. Jorge Silva		15 h. 30 m.
QUARTAS:		
Clínica Geral / Dr. António Jorge Barroso		17 horas
QUINTAS:		
Ortopedia / Dr. Idálio Braguês da Costa		15 horas
Clínica Geral / Dr. Jorge Silva		15 h. 30 m.
SEXTAS:		
Psiquiatria / Dr. José Luís		14 horas
Clínica Geral / Dr. Jorge Silva		15 h. 30 m.
Clínica Geral / António Jorge Barroso		17 horas
SÁBADOS:		
Clínica Geral / Dr. António José Namorado		10 horas

DESPORTO

DESPORTO

DESPORTO

DESPORTO

Vitórias da ADFA em voleibol e natação

A equipa da ADFA foi a vencedora do Torneio de Voleibol disputado em 31 de Maio no Pavilhão Carlos Lopes por iniciativa da APD, disputado por equipas da APD, ADFA e Alcoitão.

No Grande Prémio Polidesportivo para Deficientes os nossos atletas conquistaram o 1.º lugar em natação e o 2.º lugar no conjunto das provas.

Na Corrida de Peniche, a ADFA colocou três atletas nos dez primeiros lugares.

Tudo isto justifica que falemos de cada uma destas provas com maior detalhe.

Voleibol

O Torneio da APD disputado no Pavilhão Carlos Lopes destinou-se exclusivamente a amputados e hemiplégicos, o que demonstra que o desporto é acessível a pessoas portadoras de todos os tipos de deficiências, pois, jogando de pé ou sentado, o que importa é competir e conviver.

Polidesportivo

O II Grande Prémio Polidesportivo para Deficientes incluía como se sabe provas de basquetebol, ténis de mesa, natação, atletismo e gincana em cadeira de rodas.

No basquetebol a equipa de Alcoitão teve honras de vencedora, seguida da do Joanitas, ADFA e APD.

Em ténis de mesa o Alcoitão venceu, seguido da ADFA em segundo lugar e da APD em terceiro. O Joanitas não disputou esta modalidade.

Em natação, prova em que a ADFA foi vencedora, seguiram-se por ordem as equipas do Joanitas, Alcoitão e APD.

No atletismo as classificações foram: 1.º, Alcoitão; 2.º, Joanitas; 3.º, ADFA e 4.º, APD.

Na gincana venceu o Alcoitão seguido do Joanitas e APD. Os nossos atletas que habitualmente têm uma palavra a dizer nesta modalidade ressentiram-se do facto de a prova ter sido disputada logo após a corrida de Peniche e ficaram-se por um quarto, e último, lugar.

Corrida de Peniche

Com três atletas no grupo dos 10 primeiros, a

ADFA marcou presença significativa na corrida de Peniche, disputada num percurso de 3500 metros e que contou com um total de 25 participantes.

Eis a classificação dos 10 primeiros nesta prova organizada pela ADFA e integrada num mais amplo leque de actividades (ver notícias do Núcleo de Peniche):

- 1.º — João Cardoso (Joanitas).
- 2.º — Raul Luís (Alcoitão)

- 3.º — António de Almeida (Joanitas)
- 4.º — António Botelho (ADFA).
- 5.º — Fernando Oliveira.
- 6.º — António Gordo.
- 7.º — José Paveiro (ADFA).
- 8.º — Emílio Pestana.
- 9.º — Carlos Noivo (ADFA).
- 10.º — José Borges.

Basquetebol no Montijo

As equipas da ADFA e da APD vão participar no próximo dia 20 de Junho pelas 14 e 30, no Montijo, num jogo de basquetebol em cadeira de rodas promovido pela Câmara Municipal desse concelho.

Trata-se de uma oportunidade para os nossos associados da margem Sul

apreciarem a desenvoltura da nossa equipa.

Luís Braille: atletismo e natação

A Associação de Cegos Luís Braille está a realizar em Lisboa, inseridos no programa comemorativo do seu 60.º aniversário, e em colaboração com todas as Associações de cegos portugueses, o 1.º Torneio Nacional de Atletismo e o 1.º Festival Nacional de Natação de Cegos, com o apoio técnico da Federação Portuguesa de Atletismo e da Federação Portuguesa de Natação.

Estas competições destinam-se a cegos e amblíopes que praticam regularmente estas modalidades.

As provas têm uma ver-

tente recreativa e uma vertente competitiva, e constam, em Atletismo, de algumas das provas aprovadas pela IBSA (International Blind Sports Association), organismo de que a Associação de Cegos Luís Braille é membro, a saber: provas de velocidade, 100 metros e 400 metros; provas de meio fundo e de fundo, 800 metros; 1500 metros; 300 metros (apenas mulheres) e 5000 metros (apenas homens).

As provas de atletismo estão já a decorrer, enquanto as de natação vão ter lugar no próximo dia 20 de Junho.

